

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/2/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Registro de Presença – Palavras do Deputado Betinho Pinto Coelho – Palavras do Deputado Raul Belém – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Maria Cecília Aparecido de Oliveira – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Fernando Pacheco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – João Magalhães – Leonídio Bouças – Osvaldo Lopes – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os 90 anos do nascimento de José Aparecido de Oliveira.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito municipal de Conceição de Mato Dentro; a Exma. Sra. Maria Cecília Aparecido de Oliveira; e os Exmos. Srs. deputados Betinho Pinto Coelho e Raul Belém, coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, a ser executado pela Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios – sob a coordenação do Ten. BM Marcelo Barbosa.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença da Exma. Sra. Maria Eleonor Gonçalves de Oliveira, viúva; do Exmo. Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira Filho, neto; da Exma. Sra. Maria Luísa Aparecido de Oliveira, neta; do Exmo. Sr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, jornalista, ex-prefeito municipal de Ouro Preto e ex-secretário de Estado de Cultura; da Exma. Sra. Ivete Otoni, vice-prefeita de Conceição do Mato Dentro; dos Exmos. Srs. Marcos Tito e Maria Elvira, ex-deputados federal e estadual, respectivamente; Anuar Arantes, prefeito municipal de Prata; vereador Cláudio Alexandre, presidente da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro; Sebastião Barbosa, vice-prefeito municipal de São João Nepomuceno; Ten.-Cel. Wagner de Mattos, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovane Gomes da Silva; Genesco Aparecido de Oliveira Júnior, ex-prefeito municipal de Lagoa Santa.

Palavras do Deputado Betinho Pinto Coelho

Boa noite! Cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º Vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia; o Exmo. Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição do Mato Dentro; a Sra. Maria Cecília Aparecido de Oliveira; o Exmo. Sr. deputado Raul Belém, também autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; srs. deputados e sras. deputadas; senhoras e senhores.

Em feliz coincidência com meu batismo, subo nesta tribuna para agradecer aos que depositaram com o seu voto a confiança para minha iniciação na vida pública. Ao tempo em que terei como inspiração e como estrela em minha jornada meu pai e homem público, Alberto Pinto Coelho, e, por extensão, José Aparecido, seu emérito e permanente inspirador exemplo.

Nesta data, em que comemoramos os 90 anos do ilustre, saudoso e eminente homem público, José Aparecido de Oliveira, foi com imensa satisfação que me aliei ao deputado Raul Belém nessa iniciativa de homenagear figura expoente e referencial da história política de Minas e que nossos pais tiveram a ventura de com ele conviver, desfrutar da sua amizade fraterna, aurir seus sábios conselhos e ensinamentos, pois, de raro talento, era um homem de visão antecipadora e figura nuclear em todos os episódios marcantes e contemporâneos de seu tempo.

Meu pai traduziu em artigo do livro *José Aparecido de Oliveira: o melhor mineiro do mundo* a notável figura humana e homem público com o artigo intitulado “Zé Aparecido: demiurgo das utopias realizáveis”. O título descreve o traço marcante do nosso homenageado. Desde Platão, demiurgo é aquele capaz de transformar os sonhos em realidades, de dar ordem e inteligência ao caos ou, ainda, no significado grego, aquele que produz para o povo. Esse foi José Aparecido, verdadeiro devoto de significativas realizações com sua marcante atuação em todas as importantes missões que ocupou em defesa de Minas, da Pátria, da sua amada Conceição do Mato Dentro, de sua querida gente.

Em feliz iniciativa, quando meu pai teve a honra de presidir este Parlamento, esta Casa, que é verdadeiramente a Casa do povo e a voz do cidadão, com aprovação dos parlamentares em Plenário, prestou expressiva e indelével homenagem, nominando o

espaço externo que contém o *Hall* das Bandeiras e a tribuna popular, onde está incrustada a sua efigie como Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira.

Termino minhas breves palavras pedindo vênias e fazendo coro com a legião de amigos e admiradores à memória de José Aparecido, que nos deixou como legado permanente o exercício da política com nobreza e dimensão, a devoção ao seu povo, a sua cultura e o seu amor à democracia e à liberdade.

Palavras do Deputado Raul Belém

Boa noite a todas e a todos. Cumprimento ao presidente, deputado Antonio Carlos Arantes; ao prefeito e amigo José Fernando Aparecido de Oliveira; a Sra. Maria Cecília, querida filha do saudoso José Aparecido de Oliveira e nossa amiga; ao deputado Betinho Pinto Coelho, que nos deu a honra e a oportunidade de, juntos, fazermos uma proposta das mais significativas para nós, que acabamos de entrar neste Parlamento, e tenho certeza que temos muito o que aprender com os ensinamentos de José Aparecido de Oliveira. Também quero cumprimentar a D. Leonor, viúva do embaixador; os colegas deputados Leonídio Bouças, Gustavo Mitre, Fernando Pacheco e Sávio Souza Cruz.

Senhoras e senhores, boa noite. Na noite desta quinta-feira, 21/2/2019, reunimo-nos para homenagear um grande homem e, em especial, um querido e eterno amigo: José Aparecido de Oliveira. Na presença de todos, sabemos que essa singela homenagem pelos 90 anos do seu nascimento nunca vai se comparar à sua biografia, porém, para sempre, ficará registrada na memória de todos nós.

José Aparecido de Oliveira nasceu em Conceição do Mato Dentro, no dia 17/2/1929, filho de Modesto Justino de Oliveira e de Araci Pedrelina de Lima. Casado com Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, teve dois filhos: Maria Cecília e José Fernando.

Politicamente, sabemos que sua trajetória é incomparável. Ex-ministro da Cultura e ex-governador do Distrito Federal, nosso amigo era uma referência em articulações políticas e conciliadoras. Ele, que participou de diversos momentos decisivos da vida política nacional, como o golpe de 1964 e a redemocratização na década de 1980, sempre será lembrado por todos os políticos como um amigo fiel nas horas difíceis, além de precursor da cultura vanguardista em todo o país.

José Aparecido de Oliveira foi secretário particular do ex-presidente Jânio Quadros e deputado federal pela União Democrática Nacional – UDN – em 1962. Em 1964, acabou tendo o mandato cassado após o golpe militar. Voltou à Câmara dos Deputados em 1982.

Foi governador do Distrito Federal de 1985 a 1988; ministro da Cultura, entre setembro de 1988 e março de 1990, no governo de José Sarney; e embaixador em Portugal, no governo do presidente Itamar Franco. Seu último cargo político foi como assessor Especial de Relações Internacionais na gestão de Itamar Franco, no governo de Minas Gerais. Antes de adoecer, nosso amigo ainda presidiu a Fundação Oscar Niemeyer.

Zé Aparecido, como era chamado por nós, seus eternos amigos, sempre será exemplo de um grande homem para todos os brasileiros. Não temos dúvida de que ele foi uma pessoa além do seu tempo. Seus ideais e os seus ensinamentos nos permitiram levar uma vida honrada e com muitos amigos.

Sua história e trajetória de vida estarão marcadas para sempre nas páginas do Brasil. É um homem público inesquecível e querido nos diversos ciclos políticos e culturais brasileiros.

Eu me permiti ler algumas palavras a respeito do nosso querido José Aparecido de Oliveira, a quem eu chamava carinhosamente de Tio Zé. Tive o privilégio de sempre receber os seus beijos atenciosos e o seu abraço caloroso. Vendo a atual circunstância do nosso estado e do nosso país, sentimos a necessidade, a carência de homens públicos da envergadura do José Aparecido de Oliveira. Um homem de caráter e de conduta ilibada; um homem digno. Temos o privilégio de dizer que ele foi um dos maiores mineiros da história.

Meu pai, ex-deputado Raul Belém, com o Tio Zé e outros amigos, como Itamar Franco, Alberto Pinto Coelho, Marcos Tito, aqui presente, grande companheiro, como José de Castro, tiveram a oportunidade de fazer parte de uma história muito bonita deste país. Sentimos saudades desse momento.

Quero finalizar minhas palavras me dirigindo a essa nova geração que está vindo. Vejo aqui o sangue do Tio Zé no Fernandino e na filhotinha da Maria Cecília. Qual é o nome dela? Maria Luíza. Essas duas crianças formidáveis, com certeza, vão nos trazer muito orgulho. Elas têm no DNA os ensinamentos do nosso saudoso e inesquecível José Aparecido de Oliveira. O Brasil precisa de mais Josés Aparecidos. Que Deus abençoe a todos!

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente da Assembleia de Minas, representando, neste ato, o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, com os deputados Betinho Pinto Coelho e Raul Belém, farão entrega de placa alusiva a esta homenagem à Sra. Maria Cecília Aparecido de Oliveira e ao Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Em 17 de fevereiro de 1929, nascia José Aparecido de Oliveira, um dos mais honrados e reconhecidos homens públicos, defensor das garantias e liberdades individuais. Jornalista e escritor de renome, esse artista da política contribuiu inequivocamente para o progresso de Minas e do Brasil. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância de José Aparecido de Oliveira para o Estado e para o país, rende a ele justa homenagem pelo aniversário de 90 anos de seu nascimento”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Maria Cecília Aparecido de Oliveira

Boa noite! Gostaria de agradecer a presença de todos que, com o prestígio e carinho da amizade, estão aqui hoje.

Exmos. Srs. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, neste ato representando o deputado Agostinho Patrus, presidente; José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição de Mato Dentro; Deputados Betinho Pinto Coelho e Raul Belém, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputado Sávio Souza Cruz, amizade a mim legada pelo governo Itamar Franco; deputados e tantas autoridades que, com suas presenças, também nos honram nesta homenagem; senhoras e senhores; amigas e amigos de José Aparecido que nos são legados pelo seu exercício incondicional da amizade; em nome de minha família: minha mãe, Maria Leonor Gonçalves de Oliveira; meu irmão, José Fernando Aparecido de Oliveira; minha filha, Maria Luísa, e meu sobrinho, José Fernando; minhas tias Alda e Maria Aparecida; da memória dos meus queridos tios Genesco e Modesto e de tantos primos que aqui se encontram, quero expressar o meu melhor reconhecimento pela homenagem que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta a meu saudoso pai, ao comemorar os 90 anos do seu nascimento.

José Aparecido de Oliveira faleceu há 12 anos, não tendo chegado à casa dos 80, a qual, nos tempos atuais, tornou-se muito mais acessível. Mas ele se definia como uma obra de engenharia médica, pelos muitos desafios que a saúde lhe ofereceu, e, infelizmente, deixou-nos cedo. No entanto, permanecerão por muito tempo, senão para sempre, os benefícios que o brilho da sua inteligência e a determinação do seu modo de agir escreveram na história de Minas Gerais e do Brasil.

Na verdade, meu pai construiu uma legenda que se mantém luminosa nos oito países que compõem a comunidade dos países de língua portuguesa. Com forte emoção, meu irmão e eu temos colhido, a todo instante, incontáveis manifestações de personalidades de Portugal e dos países de África e Ásia, que evocam, com respeito e admiração, as contribuições por ele oferecidas às maiores causas da nossa língua de cultura, como a paz e a liberdade, a união e a coesão em favor da democracia e a luta incessante contra qualquer forma de opressão e tirania, censura e restrição aos direitos humanos.

Em José Aparecido de Oliveira, identifica-se o grande civil, o cidadão perfeito, o corajoso cultor da liberdade. Muito jovem, lutou contra a ditadura que findou em 1945. Durante 18 anos, exilado na própria Pátria, amargou o degredo da vida pública por meio da cassação de um mandato legítimo de deputado federal e da perda dos direitos políticos, somente recuperados nas urnas em 1982. Mas ele sempre continuou a lutar.

É importante lembrar que o meio de resistência e de reconstrução democrática adotado por meu pai foi tornar-se combatente vigoroso em favor da cultura brasileira. Em Minas Gerais, lançou a campanha pela preservação da cidade do Serro e consagrou especial carinho às demandas de Conceição do Mato Dentro. Por toda parte, em Minas e no Brasil, sua voz se fez ouvir em defesa da liberdade e da cultura, da democracia e da expressão incondicional de todos os autores e artistas. A ele se deve, nos tempos mais recentes, a retomada do papel que pioneiramente coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade, na luta pela proteção do nosso patrimônio cultural; e a nosso tio, Clodomiro de Oliveira, na defesa do nosso patrimônio mineral.

Daí terem nascido da sua garra a Secretaria de Estado de Cultura, o Fórum Nacional dos Secretários e o Ministério da Cultura, tão incompreendidos no momento presente, quando, inclusive, parece amortecida a luz que se buscou por mais de 20 anos nos labirintos da ditadura de 1964. Sem a valorização da cultura como fator de elevação da qualidade de vida e construção da cidadania plena, todo o possível desenvolvimento será falso e efêmero, conforme ensinou José Aparecido de Oliveira ao resgatar os pilares culturais que sustentaram a construção de Brasília. Graças a ele, a capital do País foi inscrita pela Unesco como o primeiro bem contemporâneo na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1985.

Neste Palácio da Inconfidência, José Aparecido de Oliveira denomina o grande saguão e a tribuna, numa iniciativa do então presidente desta Casa, Alberto Pinto Coelho. E, em seu nome, reconhecemos naquele púlpito o primeiro podium da liberdade dos mineiros e das mineiras, uma trincheira da democracia e dos valores republicanos da paz que nos irmana e da cultura que nos dá identidade.

O nosso agradecimento aos deputados Raul Belém e Betinho Pinto Coelho, que trouxeram para o Plenário Juscelino Kubitschek a presença de José Aparecido de Oliveira, por meio dessas comoventes palavras aqui pronunciadas. Que meu pai seja sempre lembrado pelos nossos parlamentares, de modo que não esmoreçamos todos na luta pelos valores da cultura, da liberdade, da paz, tradutores da alma desse grande concepcionense e da consciência cívica de todo o povo mineiro. Muito obrigada.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição do Mato Dentro e amigo de longa data; Sra. Maria Cecília Aparecido de Oliveira; amigos deputados Betinho Pinto Coelho e Raul Belém – cumprimento-os pela brilhante iniciativa em homenagear José Aparecido de Oliveira pelos seus 90 anos. Gostaria também de cumprimentar os companheiros e amigos; os deputados Sávio Souza Cruz, Gustavo Mitre, Fernando Pacheco e Leonídio Bouças; todas as autoridades presentes e familiares; demais senhoras e senhores.

Em tempos desafiadores como os que vivemos, o nome de José Aparecido de Oliveira sempre aparece como referência de homem de ação e liderança. É com satisfação que a Assembleia de Minas presta homenagem a esse inventor de utopias e cidadão do mundo, por ocasião dos 90 anos de seu nascimento.

Correto e rigoroso no trato da coisa pública, serviu à democracia como poucos. Foi um talento político de maior valor, logo reconhecido e respeitado. A vida, para ele, era a ação política, como lembrou Angelo Oswaldo, que até está aqui presente, e gostaria de cumprimentá-lo. Sua participação na vida pública de Minas e do Brasil, ao longo de décadas, foi marcante, atuando em etapas de profundas mudanças políticas que abriram um novo capítulo na história do País. Nas conversas, seus temas preferidos eram o bom debate político, a discussão em torno da cultura e dos valores de Minas e a proteção do seu patrimônio histórico e artístico. Um de seus traços marcantes era a lealdade. Especialista no convívio humano, cultivava a convivência, na qual apresentava uma capacidade única de relacionar-se com seus contrários e de conciliar divergências.

Professor da mineiridade, José Aparecido nasceu em São Sebastião do Rio Preto, distrito de Conceição do Mato Dentro, cidade colonial junto à Serra do Cipó. Filho de D. Araci, mãe e mestra, e do Cel. Modesto, com a morte prematura do pai, José Aparecido assumiu, aos 11 anos, obrigações de um chefe de família. Construindo sua própria família, casou-se com D. Leonor e teve dois filhos, José Fernando Aparecido de Oliveira e Maria Cecília de Oliveira.

O escritor Guimarães Rosa advertiu: Minas são muitas. Poderíamos dizer que José Aparecido, também. Personalidade de múltiplos talentos, também morou em Araxá, em Ouro Preto e em Belo Horizonte, desbravando as Minas e os Gerais, entre a tradição e a modernidade, entre o urbano e o sertão, entre o antigo e o novo: minas profundas.

Em sua vida no Rio de Janeiro, onde morou por vários anos, frequentou as melhores rodas de intelectuais, jornalistas e artistas, tornando-se fraternal amigo de todos eles. José Aparecido era um colecionador de amigos, que tentavam defini-lo. Uma das mais autênticas vocações políticas de Minas, nas palavras do escritor José Bento Teixeira de Salles, Marcelo Tavares dizia: “Só o José Aparecido consegue unir o útil ao impossível”. Para Ziraldo, José Aparecido era o melhor mineiro do mundo. Um humanista, na visão da atriz Fernanda Montenegro. Oscar Niemeyer, que colaborou com ele em sua passagem pelo governo de Brasília, relembra sua correção no trato dos assuntos públicos e a maneira generosa com que recebia os mais humildes em seu gabinete.

José aparecido foi jornalista por dever de ofício. De aprendiz de repórter, começando na Rádio Inconfidência, e passando pelo jornalismo impresso, passou a mestre em negociações políticas. José Aparecido estreou na vida pública como chefe de gabinete do prefeito de Belo Horizonte, Celso Mello de Azevedo, nos fins dos anos de 1950. Eleito deputado federal por Minas, em 1962, foi cassado em 1964. Em 1982, foi novamente eleito. Sua campanha foi uma grande manifestação de amizade e prestígio por toda Minas Gerais. Conviveu com Jânio Quadros, na campanha eleitoral pela presidência, em 1960, e como seu secretário particular nos sete meses de exercício da presidência.

Em 1982, tomou posse, no governo de Tancredo Neves, como o primeiro secretário de cultura de Minas Gerais. José Aparecido dizia: “Um povo sem cultura é como um corpo sem alma”. Sua gestão teve o lema “Memória e transformação”, e caracterizou-se por projetos em associação com a iniciativa privada, como a restauração do Mosteiro de Macaúbas, o primeiro educandário de Minas Gerais, e a restauração do Convento do Caraça.

Criou a Rede Minas de Televisão em 1984, com o objetivo de interligar as várias Minas pela cultura, fortalecendo, assim, seus valores locais. Em 1985, assumiu o recém-criado Ministério da Cultura, idealizado por ele, e propôs o mínimo de interferência do Estado nas atividades dessa área, bem como a democratização da cultura. Nesse período, criou as assessorias de assuntos das culturas negra e indígena. Na sequência, o perfil de estadista ficou marcado como governador de Brasília, quando liderou o Distrito Federal em sintonia com os anseios da população, comprometendo-se a promover um amplo diálogo com as bases políticas e comunitárias.

Em 1987, sua intervenção foi fundamental para que a Unesco declarasse Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 1992, Itamar Franco o nomeou embaixador em Lisboa. Na embaixada, dedicou-se à unificação da ortografia dos países de língua portuguesa, trabalho no qual teve êxito, quatro anos depois, sendo reconhecido como paladino em defesa da afirmação da lusofonia no mundo. Seu trabalho irmanou os povos que falam o mesmo idioma, cidadãos do Brasil, África e Portugal, sobretudo. O presidente de Portugal à época, Mário Soares, afirmou: sua embaixada sempre foi um polo de atração permanente para todos os portugueses amigos do Brasil.

Em uma entrevista de 1996, José Aparecido disse: “Eu me perguntaria se foi um privilégio viver nesta época, e eu responderia que sim. Nós, os contemporâneos, podemos testemunhar transformações insuspeitadas pelos nossos antepassados”. Na verdade, os que puderem conviver com José Aparecido é que foram privilegiados, e hoje todos desfrutam de seu legado, o de elevar a conversa política.

Destacamos que a Assembleia Legislativa de Minas, em uma singela homenagem, denominou a entrada principal do Palácio da Inconfidência de Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira. Agora, mais uma vez, reverenciamos a memória deste mineiro que honra nossa história. Muito obrigado!

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos todos a apreciar mais uma apresentação da Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios –, que nos apresentará as seguintes canções: “Oh, Minas Gerais”, de José Duda de Moraes e Manoel Araújo e arranjo de Ademir Júnior; e “Sing, Sing, Sing”, de Louis Prima.

Em nome do deputado Antônio Carlos Arantes, que preside esta solenidade, e dos deputados Betinho Pinto Coelho e Raul Belém, aproveitamos o momento para agradecer a Bios pela participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Presidente

Quebrando o protocolo, gostaria de enaltecer a orquestra do Corpo de Bombeiros, que abrilhantou muito este evento. Esta entidade é a mais querida do Brasil. Parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem! Agora, temos o exemplo de Brumadinho; a cada dia, vocês são mais admirados e respeitados. Parabéns!

Também quero enaltecer a presença de toda imprensa, de tantas pessoas ligadas à cultura. Está aqui o Mauro Werkema, a quem mando um abraço; o pessoal da imprensa, da comunicação. Também gostaria de enaltecer a presença da D. Nini, viúva do ex-prefeito Bruno Pires Carneiro, da cidade de Conceição do Mato Dentro, e mãe de um grande amigo que Deus levou tão cedo, Dr. Herbert Carneiro. Herbert Carneiro, D. Nini, era um amigo pessoal, não só meu como da maioria dos deputados – somos da mesma idade –, mas Deus quis que ele fosse tão cedo e deixasse esse vazio tão grande em nós. Nesta Casa, ele estava sempre presente conosco; uma pessoa de fino trato. Um abraço para a senhora, D. Nini. Também queria deixar um abraço para D. Maria Leonor de Oliveira, viúva do José Aparecido. É um grande prazer conhecê-la.

Meu abraço também à D. Maria Leonor de Oliveira, viúva de José Aparecido. É uma grande alegria e um grande prazer conhecê-la. O meu abraço também ao Gilmar, nosso companheiro do cooperativismo, das lutas em defesa do leite e do queijo. Aos nossos produtores, o meu muito obrigado.

Enfim, agradeço a todas as pessoas presentes e a toda a família do homenageado. Mais uma vez, cumprimento os dois deputados – Betinho Pinto Coelho e Raul Belém –, honrando a tradição de Alberto e Raul Belém, que agora chegam para fazer a diferença nesta Casa. Estamos juntos para fazer o bem ao povo mineiro.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 22, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/2/2019

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2019; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.676/2016; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão; requerimento do deputado João Vítor Xavier; deferimento; Questão de Ordem; discurso do deputado João Vítor Xavier; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido

em 1º turno; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4/2019; não recebimento de emenda do deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; votação nominal do projeto; aprovação – Declaração de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.676/2016; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andreia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 18h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– A deputada Beatriz Cerqueira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2019, do deputado Agostinho Patrus e outros, que altera o art. 54 da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a proposta.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Pela ordem, Sr. Presidente. Meu voto não foi computado. O deputado Alencar vota “sim”.

O deputado Hely Tarquínio – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta. À Comissão Especial.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.676/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno e pela rejeição do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.676/2016

Institui a política estadual de segurança de barragens.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de segurança de barragens, a ser implementada de forma articulada com a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB – estabelecida pela Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente.

Parágrafo único – Esta lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor.

Art. 2º – Na implementação da política instituída por esta lei, serão observados os seguintes princípios:

I – prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos;

II – prioridade para as ações de prevenção, fiscalização e monitoramento, pelos órgãos e pelas entidades ambientais competentes do Estado.

Art. 3º – O licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens no Estado competem a órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – sem prejuízo das ações de fiscalização previstas no âmbito da PNSB.

Parágrafo único – Os órgãos e as entidades competentes do Sisema se articularão com os órgãos ou as entidades responsáveis pela execução da PNSB, com vistas ao compartilhamento de informações e ações de fiscalização.

Art. 4º – O empreendedor é o responsável pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento das ações necessárias para garantir a segurança nas fases de planejamento, projeto, instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem.

Art. 5º – O órgão ou a entidade competente do Sisema manterá cadastro das barragens instaladas no Estado e as classificará conforme seu potencial de dano ambiental, observados os critérios gerais estabelecidos no âmbito da PNSB.

Art. 6º – O órgão ou a entidade competente do Sisema elaborará e publicará anualmente inventário das barragens instaladas no Estado, contendo o resultado das auditorias técnicas de segurança dessas estruturas e a respectiva condição de estabilidade da barragem.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE BARRAGENS

Art. 7º – A construção, a instalação, o funcionamento, a ampliação e o alteamento de barragens no Estado, dependem de prévio licenciamento ambiental, na modalidade trifásica, que compreende a apresentação preliminar de Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – e as etapas sucessivas de Licença Prévia – LP –, Licença de Instalação – LI – e Licença de Operação – LO –, vedada a emissão de licenças concomitantes, provisórias e ad referendum.

§ 1º – As atividades a que se refere o caput poderão ser executadas pelo empreendedor ou por empresa terceirizada de engenharia que cumpra os seguintes requisitos:

I – tenha experiência comprovada na construção de obras de infraestrutura, especificamente na área de barragens industriais e de mineração;

II – tenha suas atividades definidas como de construção pesada, de acordo com classificação estabelecida no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE;

III – esteja inscrita no sistema Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Confea-Crea.

§ 2º – Nas atividades de construção, instalação, funcionamento, reforma, ampliação e alteamento de barragens será observada a legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho relativa aos setores de mineração.

§ 3º – O empreendedor disponibilizará, em site eletrônico com livre acesso ao público os seguintes dados:

I – informações detalhadas sobre as empresas terceirizadas a que se refere o § 1º;

II – resultados das análises e dos acompanhamentos do grau de umidade e do nível da barragem, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

III – análise semestral da água e da poeira dos rejeitos, com a respectiva ART.

§ 4º – Na LO, constará expressamente o tempo mínimo a ser cumprido entre as ampliações ou os alteamentos de barragens e os requisitos técnicos necessários para essas operações.

§ 5º – O empreendedor fica obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador ou à entidade fiscalizadora do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação, do alteamento e eventuais obras de manutenção corretiva da barragem, com antecedência mínima de quinze dias úteis da data de início da ampliação, do alteamento ou da manutenção corretiva.

Art. 8º – No processo de licenciamento ambiental de barragens, deverão ser atendidas as seguintes exigências, sem prejuízo das obrigações previstas nas demais normas ambientais e de segurança e de outras exigências estabelecidas pelo órgão ou entidade ambiental competente:

I – para a obtenção da LP, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo:

- a) projeto conceitual na cota final prevista para a barragem, com respectiva ART;
- b) proposta de caução ambiental, estabelecida em regulamento, com o propósito de garantir a recuperação socioambiental para casos de sinistro e para desativação da barragem;
- c) caracterização preliminar do conteúdo a ser disposto no reservatório da barragem;
- d) proposta de estudos e ações, acompanhada de cronograma, para o desenvolvimento progressivo de tecnologias alternativas, com a finalidade de substituição da disposição de rejeitos ou resíduos de mineração em barragens;
- e) estudos sobre o risco geológico, estrutural, sísmico e estudos sobre o comportamento hidrogeológico das discontinuidades estruturais na área de influência do empreendimento;

II – para a obtenção da LI, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo:

a) projeto executivo na cota final prevista para a barragem, incluindo caracterização físico-química do conteúdo a ser disposto no reservatório, estudos geológico-geotécnicos da fundação, execução de sondagens e outras investigações de campo, coleta de amostras e execução de ensaios de laboratórios dos materiais de construção, estudos hidrológico-hidráulicos e plano de instrumentação, com as respectivas ARTs;

b) plano de segurança da barragem contendo, além das exigências da PNSB, no mínimo, Plano de Ação de Emergência – PAE –, observado o disposto no art. 9º desta lei, análise de performance do sistema e previsão da execução periódica de auditorias técnicas de segurança;

c) estudo conceitual de cenários de rupturas com mapas com a mancha de inundação;

d) manual de operação da barragem, contendo, no mínimo, os procedimentos operacionais e de manutenção, a frequência, pelo menos quinzenal, de automonitoramento e os níveis de alerta e emergência da instrumentação instalada;

e) laudo de revisão do projeto da barragem, elaborado por especialista independente, garantindo que todas as premissas do projeto foram verificadas e que o projeto atende aos padrões de segurança exigidos para os casos de barragens com médio e alto potencial de dano a jusante;

f) projeto de drenagem pluvial para chuvas decamilenares;

g) plano de desativação da barragem;

III – para a obtenção da LO, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo:

a) estudos completos dos cenários de rupturas com mapas com a mancha de inundação;

b) comprovação da implementação da caução ambiental a que se refere a alínea "b" do inciso I do caput, com a devida atualização;

c) projeto final da barragem como construído, contendo detalhadamente as interferências identificadas na fase de instalação;

d) versão atualizada do manual de operação da barragem a que se refere a alínea "d" do inciso II.

§ 1º – O órgão ou a entidade competente do Sisema poderá estabelecer exigências específicas em relação à qualificação dos responsáveis técnicos, ao conteúdo mínimo e ao nível de detalhamento dos estudos, manuais, planos, projetos ou relatórios exigidos para o licenciamento ambiental de que trata este capítulo.

§ 2º – Antes da análise do pedido de LP, o órgão ou a entidade competente do Sisema promoverá audiências públicas para discussão do projeto conceitual da barragem, considerando suas diversas fases de implantação até a cota final, para as quais serão convidados o empreendedor, os cidadãos afetados direta ou indiretamente residentes nos municípios situados na área da bacia hidrográfica onde se situa o empreendimento, os órgãos ou entidades estaduais e municipais de proteção e defesa civil, as entidades e associações da sociedade civil e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

§ 3º – Nas audiências públicas previstas no § 2º, serão reservados espaço e tempo às mulheres, visando a discutir os impactos específicos do empreendimento em suas vidas.

§ 4º – As deliberações e os questionamentos apresentados nas audiências públicas constarão em ata e serão fundamentadamente apreciados nos pareceres do órgão ambiental que subsidiarem o processo de licenciamento.

§ 5º – A concessão da LO está condicionada à aprovação do Plano de Ação de Emergência, nos termos do caput do art. 9º.

§ 6º – O órgão ou a entidade ambiental competente poderá, ao conceder a LP, a LI ou a LO, estabelecer condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor.

§ 7º – O cumprimento das exigências para cada etapa do licenciamento ambiental, previstas dos incisos I a III do caput, será comprovado antes da concessão das respectivas licenças, sendo vedada sua inserção como condicionante para etapa posterior do licenciamento.

§ 8º – O não cumprimento de condicionante estabelecida pelo órgão ou pela entidade ambiental competente, prevista no § 6º, acarretará a suspensão da licença concedida.

§ 9º – Qualquer omissão referente às exigências de que trata este artigo acarretará a nulidade de eventual licença concedida.

§ 10 – Não serão permitidas alterações no projeto original que modifiquem a geometria da barragem licenciada, salvo se a alteração for objeto de novo procedimento de licenciamento ambiental.

§ 11 – Quando houver mais de uma barragem na área de influência de uma mesma mancha de inundação, os estudos dos cenários de rupturas de barragens a que se referem as alíneas "c" do inciso II e "a" do inciso III do caput conterão uma análise sistêmica de todas as barragens em questão.

Art. 9º – O Plano de Ação de Emergência, a que se refere a alínea "b" do inciso II do caput do art. 8º, será submetido à análise do órgão ou da entidade estadual competente e a divulgação e a orientação sobre os procedimentos nele previstos ocorrerão por meio de reuniões públicas em locais acessíveis às populações situadas na área a jusante da barragem, que devem ser informadas tempestivamente e estimuladas a participar das ações preventivas previstas no referido plano.

§ 1º – Constará no Plano de Ação de Emergência a previsão de instalação de sistema, de alerta sonoro ou outra solução tecnológica de maior eficiência, capaz de alertar e viabilizar o resgate das populações passíveis de serem diretamente atingidas pela mancha de inundação, bem como as medidas específicas para resgatar atingidos, pessoas e animais, mitigar impactos ambientais, assegurar o abastecimento de água potável às comunidades afetadas e resgatar e salvaguardar o patrimônio cultural.

§ 2º – O Plano de Ação de Emergência ficará disponível no empreendimento, no órgão ambiental competente e nas prefeituras dos municípios situados na área a jusante da barragem, e suas ações serão executadas pelo empreendedor da barragem com a supervisão dos órgãos ou das entidades estaduais e municipais de proteção e defesa civil.

Art. 10 – O EIA e o respectivo Rima, a que se refere o art. 7º, conterão:

I – a comprovação da inexistência de melhor técnica disponível e alternativa locacional com menor potencial de risco ou dano ambiental, para a acumulação ou para a disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração em barragens;

II – a avaliação das condições sociais e econômicas das pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento;

III – o estudo dos efeitos cumulativos e sinérgicos e a identificação pormenorizada dos impactos ao patrimônio cultural, material e imaterial.

§ 1º – No EIA e no respectivo Rima, serão priorizadas as alternativas de disposição que minimizem os riscos socioambientais e promovam o desaguamento dos rejeitos e resíduos.

§ 2º – Ficam vedadas a acumulação ou a disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração em barragens sempre que houver melhor técnica disponível.

Art. 11 – Em caso de barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos de mineração, o pedido de LP será apresentado até trinta dias depois de protocolado o requerimento de autorização ou concessão de lavra ao órgão ou à entidade federal competente.

Art. 12 – Fica vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja identificada comunidade na zona de autossalvamento.

§ 1º – Para os fins do disposto nesta lei, considera-se zona de autossalvamento a porção do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para uma intervenção da autoridade competente em situação de emergência.

§ 2º – Para a delimitação da extensão da zona de autossalvamento, será considerada a maior entre as duas seguintes distâncias a partir da barragem:

I – 10km (dez quilômetros) ao longo do curso do vale;

II – a porção do vale passível de ser atingida pela onda de inundação num prazo de trinta minutos.

Art. 13 – Fica vedada a concessão de licença ambiental para operação ou ampliação de barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos de mineração que utilizem o método de alteamento a montante.

§ 1º – O empreendedor responsável por barragem em operação, em fase de desativação ou desativada e construída pelo método de alteamento a montante, fica obrigado a apresentar ao órgão ambiental competente, no prazo máximo de um ano a contar da data de publicação desta lei, relatório resultante de auditoria técnica extraordinária de segurança elaborada, nos termos de regulamento, por equipe de profissionais independentes, composta, no mínimo, por geólogo, geotécnico, hidrotécnico e engenheiro de estrutura, e coordenada pelo último.

§ 2º – O disposto no § 1º não se aplica às barragens que tenham sido submetidas à auditoria técnica extraordinária de segurança há, no mínimo, um ano da data de publicação desta lei e em cujo relatório o auditor independente tenha concluído por barragem com "estabilidade garantida".

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS

Art. 14 – Além das obrigações previstas na legislação vigente, em especial no âmbito da PNSB, cabe ao empreendedor responsável pela barragem:

I – informar ao órgão ou entidade competente do Sisema e ao órgão ou entidade estadual de proteção e defesa civil qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança;

II – permitir o acesso irrestrito dos representantes dos órgãos ou entidades competentes do Sisema e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sinpdec – ao local e à documentação relativa à barragem;

III – manter registros periódicos dos níveis dos reservatórios, com a respectiva correspondência do volume armazenado, e das características químicas e físicas do fluido armazenado, conforme regulamento;

IV – manter registros periódicos dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de influência do reservatório, conforme regulamento;

V – executar as ações necessárias à garantia ou à manutenção da segurança da barragem, em especial aquelas recomendadas ou exigidas por responsável técnico;

VI – devolver para a bacia hidrográfica de origem a água utilizada na barragem, no mínimo, com a mesma qualidade em que foi captada.

Art. 15 – O empreendedor, concluída a implementação do Plano de Segurança da Barragem no prazo determinado como condicionante da LO, apresentará ao órgão ou à entidade competente do Sisema declaração de condição de estabilidade da barragem e as respectivas ARTs.

Parágrafo único – A declaração a que se refere o caput será assinada por profissionais legalmente habilitados.

Art. 16 – O Plano de Segurança da Barragem será atualizado, atendendo às exigências ou recomendações resultantes de cada inspeção, revisão, auditoria técnica de segurança ou auditoria técnica extraordinária de segurança.

Parágrafo único – A cada atualização do Plano de Segurança da Barragem, o empreendedor apresentará ao órgão ou à entidade competente do Sisema nova declaração de condição de estabilidade da barragem, nos termos do art. 15.

Art. 17 – As barragens de que trata esta lei serão objeto de auditoria técnica de segurança, sob responsabilidade do empreendedor, na seguinte periodicidade, de acordo com seu potencial de dano ambiental:

I – a cada ano, as barragens com alto potencial de dano ambiental;

II – a cada dois anos, as barragens com médio potencial de dano ambiental;

III – a cada três anos, as barragens com baixo potencial de dano ambiental.

§ 1º – Relatório resultante da auditoria técnica de segurança, acompanhado das ARTs dos profissionais responsáveis, será apresentado ao órgão ou entidade competente do Sisema até o dia 1º de setembro do ano de sua elaboração, junto com a declaração de condição de estabilidade da barragem, a que se refere o art. 15, devendo ser disponibilizado no local do empreendimento para consulta da fiscalização.

§ 2º – Em caso de evento imprevisto na operação da barragem ou de alteração nas características de sua estrutura, o órgão ou entidade competente do Sisema exigirá do empreendedor, por meio de notificação, a realização de auditoria técnica extraordinária de segurança da barragem, cujo relatório será apresentado no prazo de até cento e vinte dias contados da notificação, observado o disposto neste artigo.

§ 3º – As auditorias técnicas de segurança e as auditorias técnicas extraordinárias de segurança serão realizadas por uma equipe técnica de profissionais independentes, especialistas em segurança de barragens e previamente credenciados perante o órgão ou entidade competente do Sisema, conforme regulamento.

§ 4º – Independentemente da apresentação de relatório resultante de auditoria técnica de segurança ou auditoria técnica extraordinária de segurança, o órgão ou a entidade competente do Sisema poderá determinar, alternativa ou cumulativamente:

I – a realização de novas auditorias técnicas de segurança, até que seja atestada a estabilidade da barragem;

II – a suspensão ou a redução das atividades da barragem;

III – a desativação da barragem.

§ 5º – Será elaborado, pelo órgão ou pela entidade competente, termo de referência contendo os parâmetros e o roteiro básico que orientem os trabalhos da auditoria técnica de segurança ou auditoria técnica extraordinária de segurança, assim como o conteúdo mínimo a ser abordado no relatório resultante de cada auditoria.

§ 6º – A equipe técnica, na elaboração das auditorias técnicas de segurança, observará o termo de referência a que se refere o § 5º e descreverá detalhadamente a metodologia utilizada.

§ 7º – Caso o empreendedor não apresente a declaração de condição de estabilidade da barragem a que se referem os arts. 15 e 17 nos prazos determinados ou caso o auditor independente não conclua pela estabilidade da barragem, o órgão ou a entidade competente do Sisema determinará a suspensão imediata da operação da barragem até que se regularize a situação.

Art. 18 – Os relatórios resultantes de auditorias técnicas de segurança, extraordinárias ou não, e os planos de ações emergenciais serão submetidos, para ciência e subscrição, à deliberação dos membros dos conselhos de administração e dos representantes legais dos empreendimentos, que ficam coobrigados à adoção imediata das providências que se fizerem necessárias.

Art. 19 – O órgão ou a entidade competente do Sisema fará vistorias regulares, em intervalos não superiores a um ano, nas barragens com alto potencial de dano ambiental instaladas no Estado, emitindo laudo técnico sobre o desenvolvimento das ações a cargo do empreendedor.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 – O órgão ou a entidade competente do Sisema informará ao órgão ou à entidade competente da PNSB e ao órgão ou à entidade estadual de proteção e defesa civil qualquer não conformidade que implique risco à segurança e desastre ocorrido em barragem instalada no Estado.

Art. 21 – É obrigação dos órgãos e servidores do Poder Executivo informar o Ministério Público sobre a ocorrência de infrações às disposições desta lei, fornecendo-lhe informações e elementos técnicos, para que os infratores sejam civil e criminalmente responsabilizados.

Art. 22 – O descumprimento do disposto nesta lei, por ação ou omissão, sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às penalidades previstas no art. 16 da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais.

§ 1º – O disposto neste artigo se aplica ao presidente, diretor, administrador, membro de conselho ou órgão técnico, auditor, consultor, preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, de qualquer forma, concorrer para a infração.

§ 2º – Em caso de desastre decorrente do descumprimento do disposto nesta lei, o valor da multa administrativa poderá ser majorado em até mil vezes.

Art. 23 – O empreendedor é responsável, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados pela instalação e operação da barragem, bem como pelo seu mau funcionamento ou rompimento.

Parágrafo único – O empreendedor fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão ou entidade competente do Sisema, nas fases de instalação, operação e desativação e em usos futuros da barragem.

Art. 24 – As barragens em operação, em processo de desativação ou desativadas atenderão, no prazo de um ano da aprovação desta lei, as exigências previstas nas alíneas "a", "b" e "d" a "g" do inciso II, "a" a "d" do inciso III e § 11 do art. 8º, nos

casos em que tais medidas não estejam previstas nos respectivos licenciamentos ambientais ou nos casos em que não foram implementadas pelos empreendimentos.

Art. 25 – As barragens desativadas ou com atividades suspensas por determinação de órgão ou entidade competente somente poderão voltar a operar após a conclusão de processo de licenciamento ambiental corretivo.

Art. 26 – Na ocorrência de acidente ou desastre, as ações recomendadas, a qualquer tempo, pelos órgãos ou pelas entidades competentes e os deslocamentos aéreos ou terrestres necessários serão custeados pelo empreendedor ou terão seus custos por ele ressarcidos, independentemente da indenização dos custos de licenciamento e das taxas de controle e fiscalização ambientais.

Art. 27 – As obrigações previstas nesta lei são consideradas de relevante interesse ambiental e o seu descumprimento acarretará a suspensão imediata das licenças ambientais, independentemente de outras sanções civis, administrativas e penais.

Art. 28 – O art. 5º da Lei nº 20.009, de 4 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º – Ficam declaradas Áreas de Vulnerabilidade Ambiental do Estado a área em que:

I – haja cruzamento de rodovias com rios de preservação permanente ou com rios utilizados para abastecimento público;

II – haja comunidade na zona de autossalvamento de barragem em operação, em processo de desativação ou desativada destinada à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor.".

Art. 29 – Fica revogada a Lei nº 15.056, de 31 de março de 2004.

Art. 30 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de fevereiro de 2019.

Deputado João Vítor Xavier (PSDB)

Justificação: A presente proposição tem como base o projeto de lei de iniciativa popular, apresentado pelo Ministério Público de Minas Gerais, com 56 mil assinaturas, pois entendemos que deve ser sobejamente valorizado e respeitado dentro do processo legislativo, dado que nele estava expressa a voz da sociedade, que clamava por um "Mar de Lama Nunca Mais". Construimos um projeto de lei com tudo o que a sociedade pediu e com muitos aprimoramentos mais.

Tão logo iniciamos o ano legislativo de 2018, em fevereiro, realizamos uma grande audiência pública da comissão de minas e energia conjunta com a Comissão de Administração Pública, com extensa participação popular, da sociedade civil organizada, do Ministério Público estadual, do Ibama, da Semad, do Sindextra, quando o Projeto de Lei Nº 3.676/2016 foi ampla e profundamente debatido. Na ocasião, foram destacados seus pontos fortes acerca de sua ênfase no licenciamento e na fiscalização ambientais e os pontos em que poderia melhorar, em especial quanto às questões técnicas de segurança, as garantias econômicas caucionáveis, a obrigação do empreendedor de apresentar projetos de barragens que considerassem a cota final de alteamento e de pensar seu empreendimento no contexto da segurança e convivência mais adequada e saudável com as comunidades vizinhas.

A partir dessa audiência, realizamos, durante os meses que se seguiram, diversas reuniões técnicas de trabalho, para construir uma proposta que fosse a melhor possível dentro da capacidade de conhecimento das entidades envolvidas. Ressaltamos aqui a participação dos técnicos da consultoria da ALMG, Ministério Público de Minas Gerais, inclusive de seus quadros técnicos e engenheiros, do Ibama, das ONGs Movimento pelas Serras e Águas de Minas – MovSAM –, Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, SOS Serra da Piedade, Instituto Guaicuy-SOS Rio das Velhas (Projeto Manuelzão/UFGM) e ProMutuca, que representaram 52 entidades.

Dessa forma, ao final de intensos meses de trabalho, em lugar de uma lei tímida e claramente ineficiente, elaborada em 2001, após a tragédia do rompimento da barragem da Mineração Rio Verde, em Macacos, distrito de Nova Lima, apresentamos uma

mudança de paradigma, uma norma desafiadora da disposição de pessoas, empreendedores e Estado de fazer melhor, de fazer com mais técnica e tecnologia, de fazer com mais respeito à dignidade humana, de fazer com mais respeito à natureza.

O presente projeto de lei propõe uma política estadual de segurança de barragens industriais e de mineração e não mais uma lei sobre licenciamento e fiscalização ambientais. Ele trata de licenciamento e fiscalização, mas de uma forma mais detalhada e planejada, na qual se determinam o que deve ser feito em cada um desses processos e quando eles devem acontecer. A título de exemplo, na derradeira licença, a de operação, estará expressamente previsto o tempo mínimo a ser cumprido entre as ampliações ou os alteamentos de barragens e os requisitos técnicos necessários para essas operações. O empreendedor também ficará obrigado a notificar formalmente ao órgão fiscalizador do Sisema a data de início e as dimensões da ampliação ou do alteamento da barragem, além de eventuais obras para sua manutenção corretiva, com antecedência mínima de 15 dias úteis da data de início de cada procedimento. Já para a obtenção da licença prévia, a primeira dentro do processo de licenciamento ambiental, deverá ser apresentado pelo empreendedor projeto conceitual na cota final prevista para a barragem, o qual deverá ser explicitado à população diretamente atingida pelo empreendimento em audiência pública. Ele deverá apresentar ainda proposta de caução ambiental, com o propósito de garantir a recuperação socioambiental para casos de sinistro, e estudos sobre o risco geológico, estrutural e sísmico da barragem, bem como, para a obtenção da licença de instalação, o plano de desativação da barragem.

Propomos a proibição de construção de barragens onde, a jusante, existirem comunidades em zonas de autossalvamento, ou seja, os moradores locais não serão mais deixados à própria sorte. Está prevista, ademais, a obrigação de apresentação de um projeto de drenagem pluvial que suporte chuvas excepcionais, de laudo de revisão do projeto da barragem e da comprovação da implementação da caução, todos eles na fase de licenciamento.

A Nota Técnica apresentada pelo Ministério Público estadual, na qual esse órgão tece uma série de importantes considerações acerca do projeto ora em análise, foi integralmente atendida. Ela trouxe fundamentação robusta para os dispositivos da proposição, respaldada no conhecimento e na experiência da participação desse órgão em inúmeros processos de licenciamento ambiental.

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA –, e seu resumo, o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA –, deverão comprovar a inexistência de melhor técnica disponível e de alternativa locacional com menor potencial de risco ou dano ambiental para a acumulação ou para a disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração em barragens. Deverão conter avaliação das condições sociais e econômicas das pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e estudo de seus efeitos cumulativos e sinérgicos. Além disso, será necessário que identifiquem, de forma pormenorizada, os impactos das barragens no patrimônio cultural, material e imaterial, e priorizem as alternativas de disposição que minimizem os riscos socioambientais e promovam o desaguamento dos rejeitos e resíduos.

Com o objetivo de estabelecer um maior controle e transparência das terceirizações de obras e serviços por parte dos empreendedores, bem como dos resultados das análises e dos acompanhamentos do grau de umidade e do nível das barragens, entre outros parâmetros, incorporamos o texto de emendas apresentadas pelo deputado Celinho do Sinttrocel ao pl nº 3.676/2018 na comissão de minas e energia, ao presente projeto de lei.

As tecnologias para aplicar cada vírgula, cada linha, cada dispositivo dessa proposição estão hoje disponíveis no Brasil e em Minas Gerais, e cérebros para aprimorá-las ainda mais não faltam em nossos centros de pesquisa, em nossas tradicionais escolas técnicas e de engenharia, pontas de lança do que há de melhor na academia brasileira. Não há desculpa econômica ou financeira que justifique mantermos comunidades vizinhas a barragens à mercê do medo e da sorte de acordar ou não no dia seguinte. Sabemos fazer melhor, podemos fazer melhor, o mundo civilizado faz melhor, não há porquê não fazermos melhor. É a base para isso que tentamos arduamente construir ao longo dos últimos meses.

A indústria da mineração é um dos pilares da economia do Estado, com expressiva participação na formação do produto interno bruto mineiro e nacional, na arrecadação de tributos, nas exportações e na geração de milhares de empregos. Nesta casa, representantes dessa indústria já se manifestaram por diversas vezes que não deve haver complacência com o fazer errado, que o objetivo do setor e de suas representações sindicais e associações é com o aprimoramento técnico, com o respeito pela sociedade, com a visão de sustentabilidade em todos sentidos.

O presente projeto de lei tenta honrar a memória dos mortos das tragédias provocadas pela Samarco, em Mariana, e pela Vale em Brumadinho.

A proposição ora apresentada visa regular o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens no Estado, de forma articulada com a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB –, estabelecida pela Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

A proposta que ora encabeçamos, com certeza, não é perfeita. Sabemos que pode melhorar, mas entendemos que avançamos sobremaneira na direção de uma legislação que permita ao empreendedor auferir seu lucro de forma mais sustentável, não só economicamente, mas também de maneira social e ambientalmente responsável, razão pela qual contamos com o apoio de nossos pares à aprovação desse projeto de lei.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado João Vítor Xavier, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetido a votação independentemente de parecer.

Vem à Mesa requerimento do deputado João Vítor Xavier, solicitando a retirada de tramitação do Substitutivo nº 2. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o substitutivo.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Fica até difícil, presidente. Infelizmente, eu não podia nem encaminhar. A minha presença não está sendo computada. A informática da Casa está com problema e não consegue fazer o registro de minha presença no painel. Então gostaria que V. Exa., manualmente, registrasse a minha presença e os meus votos, por favor. Não é porque eu caí para a série B, presidente. Muito obrigado.

O presidente – Registro a presença do deputado Alencar da Silveira Júnior. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, público presente, o que me traz a este Plenário é um sentimento de gratidão com muitos que colaboraram com a construção desse projeto. Vou começar agradecendo a esta Casa. Quero agradecer a V. Exa., deputado Agostinho Patrus, que certamente ficará marcado na história pela sua coragem, determinação, independência, demonstração de soberania deste poder. O seu primeiro ato, o seu primeiro gesto como presidente desta casa é um gesto muito simbólico.

Na noite de hoje, estamos aprovando dois projetos, duas matérias importantes: a primeira, deputado Arlen, apresentada pelo presidente, devolve a esta Casa a sua autonomia de fiscalizar, cobrar e exigir do secretariado do Estado. Isso mostra a independência do presidente.

O segundo projeto é, talvez, mais simbólico para todos nós, mineiros, em especial num momento como este, um projeto tão desejado e clamado pelo povo de Minas Gerais, mas que foi, durante tantos anos, tão combatido por alguns poucos que se beneficiaram, por séculos, do modelo de exploração mineral no nosso estado.

Presidente Agostinho Patrus, ouvi do senhor, na tarde de ontem, na sala da presidência, que o senhor tinha muito orgulho da foto do seu pai no Salão Nobre da Assembleia. O senhor pode ter certeza de que seus filhos também terão muito orgulho do que o

senhor está fazendo por Minas Gerais no dia de hoje. Então, a nossa gratidão e o nosso reconhecimento pela sua independência e sua vontade de melhorar a situação do Estado de Minas Gerais.

Quero agradecer aos líderes partidários, que pactuaram para que pudéssemos chegar a este momento, em especial conversando com seus blocos e com todos os parlamentares da Casa para que pudéssemos cumprir o acordo estabelecido ontem, com os movimentos sociais e ambientais, com o Ministério Público e com toda a articulação do projeto Mar de Lama Nunca Mais. Tenho certeza de que todos os deputados desta Casa poderiam contribuir ainda mais do que já contribuíram com esse projeto. O deputado Osvaldo conversou comigo sobre emendas; o deputado Mauro Tramonte também conversou; a deputada Beatriz; o deputado Cleiton e tantos outros discutiram conosco, nos últimos dias, sobre a possibilidade de apresentarmos emendas a esse projeto. Mas, ontem, o presidente fez o acordo de que teríamos dois passos.

O primeiro passo seria o acolhimento *ipsis litteris* daquilo que estava no projeto Mar de Lama Nunca Mais. O segundo passo seria a junção daquilo que foi construído pela Comissão de Administração Pública nos últimos dias, que acrescentou boas ideias advindas do que sofremos, deputado Cleitinho, com a tragédia, com o crime ambiental na cidade de Brumadinho. E assim foi feito. Por isso o meu agradecimento, a minha gratidão a todos os líderes partidários, que fizeram, deputado Alencar, esse trabalho hercúleo de convergência neste momento final, para que tivéssemos esta noite tão importante, tão especial para todos nós.

Quero agradecer, na pessoa do deputado João Magalhães, a todos os membros da Comissão de Administração Pública desta Casa. Agradeço ao senhor e faço de público o registro da sua correção em todo esse processo. Ainda no ano passado, quando esse projeto tramitava na Comissão de Minas e Energia, o deputado João Magalhães me procurou e disse que construiríamos um trabalho dialogado e que apresentaríamos juntos o trabalho que fosse construído com a sociedade. Assim o senhor conduziu a comissão até o momento final, em que foi apresentado a esta Casa exatamente o texto proposto pela sociedade com o conjunto dos membros da Comissão de Administração Pública. Muito obrigado, deputado João Magalhães.

O meu reconhecimento também ao deputado Osvaldo, vice-presidente da comissão, à deputada Beatriz e aos deputados Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, que, aliás, muito colaborou, muito nos ajudou para que isso desse certo – ele não está aqui, neste momento porque está em outra causa importante: a dos nossos policiais. Sei que ele está fazendo um grande esforço para chegar, mas, caso não chegue, já deixo o registro da sua participação, da sua luta e do seu compromisso com esse processo.

Quero agradecer ao presidente, já caminhando para o encerramento, e, especialmente, a toda a sociedade civil que se articulou para a construção do projeto Mar de Lama Nunca Mais, às 60 mil pessoas que assinaram o projeto de iniciativa popular, encaminhado a esta casa e que foi a base do projeto que votaremos hoje.

Agradeço também ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que foi parceiro por meio da Dra. Andressa Lanchotti, do Dr. Francisco e da Dra. Giselle, que estiveram todos os dias construindo esse trabalho conosco.

Quero agradecer ainda aos movimentos sociais, a três pessoas especiais: Maria Teresa Curujo, Rogério e Jeanine, com quem nos reunimos por mais de 8 meses, em reuniões praticamente diárias nesta Assembleia. A minha gratidão a vocês, por tudo que nos ensinaram e por tudo com que colaboraram com esse projeto.

O meu agradecimento ao Ibama, presidente, na pessoa do seu superintendente em Minas, Júlio Grilo, de quem ouvi agora há pouco a seguinte frase: “A Assembleia de Minas vota na noite de hoje o melhor projeto de segurança de barragens do Brasil, um projeto que pode ser copiado e colado pela Câmara Federal ou por qualquer outro estado minerador do nosso país”. Teremos, a partir de agora, a legislação mais moderna, mais respeitosa, mais rigorosa e mais adequada para o processo minerário. Esta é uma vitória das Assembleia de Minas, que, através dos seus 77 deputados, fez valer a voz da nossa população.

Quero aqui deixar o meu sincero sentimento de pesar por todas as vítimas de acidentes e de crimes ambientais, porque acidentes existem, mas o que aconteceu nos últimos anos em Minas Gerais foi uma sequência de crimes ambientais contra a nossa sociedade. Votar este projeto aqui, hoje, é respeitar a memória dessas pessoas. Se décadas atrás o nosso Parlamento ou o nosso Poder

Executivo tivesse tomado a providência que responsabilmente esta Casa toma na noite de hoje, muitas dessas tragédias seriam evitadas. Não temos como voltar ao passado e mudá-lo, mas a partir de hoje estamos mudando o futuro, estamos fazendo com que Minas Gerais aos poucos possa retomar a rota da sua normalidade.

Vai ser um processo longo, tortuoso, provavelmente ainda teremos outras tragédias no futuro advindas da irresponsabilidade de séculos e séculos de exploração mineral inconsequente no Estado de Minas Gerais, mas certamente a decisão que está sendo tomada hoje, se não salvar todas as vidas no futuro, salvará muitas vidas e muitas serão preservadas pela decisão sensata, coerente e responsável dos senhores e das senhoras de votar este projeto construído por esta Casa, em parceria com a sociedade, corrigindo muitos pontos da nossa legislação, corrigindo muitos pontos que precisavam ser adequados na nossa legislação e dando um primeiro passo muito importante para mudarmos o destino de nossa sociedade.

Muito obrigado a todos que colaboraram com esse processo. Muito obrigado mais uma vez, presidente Agostinho e todos os membros da Mesa, por nos ter dado esta oportunidade. Parabênizos a Assembleia, através dos seus 77 deputados, que colaboram neste momento para a finalização desse processo tão importante. E parabéns à sociedade civil mineira, que se fez presente nesta Casa e entendeu mais uma vez a essência da democracia. Esta é a Casa do povo, tem que funcionar pelo povo, para o povo e fundamentalmente com o povo de Minas Gerais. A vitória é da sociedade mineira e de cada um de vocês que tanto trabalharam para que nunca mais voltássemos a ter um mar de lama em Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 65 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.676/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4/2019, da Mesa da Assembleia, que altera o inciso I do § 3º do art. 21 da Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, deixou de receber, nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, uma emenda do deputado Sargento Rodrigues, por tratar de assunto não versado na proposição principal.

– O teor da emenda não recebida é o seguinte:

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4/2019

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 112 da Resolução 5.176 de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia de Minas.

"§ 4º – Recebido o requerimento no prazo máximo de 5 dias a contar da data do protocolo, o Presidente o despachará à publicação nos 5 dias subsequentes ao recebimento."

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2019.

Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

João Leite.

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, só para registrar meu voto “não” no último projeto. Muito obrigado.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 64 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 4/2019. À Mesa da Assembleia.

Declaração de Voto

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje realmente a Assembleia ouviu a voz das ruas, ouviu sua necessidade. Em 2012, houve várias enchentes que infelizmente causaram várias mortes e acabaram com obras públicas, como em Itabirito, onde havia um esgoto em cima do rio, feito pela Codevasf. Aí pedimos e fizemos uma comissão das enchentes. Em 2012, 2013, fui presidente e relator dessa comissão e identificamos que não havia fiscalização das 729 barragens de Minas Gerais nem pelo governo de Minas nem pelo governo federal. Foi feito um relatório, encaminhado para todos os órgãos e nada foi feito. A impunidade está sempre imperando. Hoje vimos que houve uma grande mudança na presidência da República do Brasil, justamente porque a população busca uma situação em que haja punibilidade para as pessoas, que não estão nem aí. O poderio bruto econômico de empresas e seus diretores acabam fazendo com que os órgãos de fiscalização não passem de um instrumento muito infantil de fiscalização. Tanto o Ibama, quanto a Agência Nacional de Águas, quanto as agências minerárias, como a Secretaria do Meio Ambiente de Minas Gerais têm sido radicalmente omissos, e o poder público não tem colocado os recursos necessários para que elas

possam fazer o papel de fiscalização. E estamos vendo agora essa situação. Veio Mariana, depois desse relatório que apresentamos, matou muita gente, e até agora ninguém foi punido. Depois disso, tivemos agora Brumadinho, com essa quantidade enorme de mortes, e praticamente ninguém punido. É lógico que a empresa sozinha não toma decisões. Quem toma decisões é o ser humano. E a prepotência de alguns diretores faz com que a negligência aconteça assim como esse crime – porque realmente não foi tragédia a questão de Brumadinho. A Assembleia dá uma resposta para o Brasil, aprovando uma legislação moderna, em que houve uma grande participação popular, e aí temos a certeza de que o *lobby* das mineradoras foi vencido dessa vez. Ficamos muito satisfeitos com a rapidez com que as comissões agiram nesse projeto, com que o nosso presidente e a Mesa agiram nesse projeto, e realmente os 77 deputados estão de parabéns. Estou no meu sexto mandato, e é a primeira vez em que numa sexta-feira estamos aqui para fazer uma votação extremamente importante para a nossa Minas Gerais. E temos de saber que, na semana que vem, os vetos feitos pelo governo anterior e por este governo vão sobrestar a pauta. De maneira que, se esse projeto não chegasse a ser votado agora, ficaria ainda dormitando por muito tempo. Minas Gerais, hoje, é a grande vitoriosa. Cabe, agora, ao Executivo fazer a fiscalização adequada. E ao Ministério Público e ao Judiciário punirem de forma exemplar a diretoria e os responsáveis por esse massacre, esse crime que aconteceu. Tem que haver punição, e a punição é para pessoas físicas, porque o crime, a ação penal é feita por pessoas físicas. Cabe agora ao governador montar uma estrutura adequada para a fiscalização. E temos de olhar qual é a estrutura necessária à Secretaria de Meio Ambiente. Por acaso, se não está havendo essa capacidade, vamos trocar as pessoas da Secretaria de Meio Ambiente para que realmente essa fiscalização possa ser feita. Agora, esperamos que o Judiciário aja rapidamente para que possamos ter punição para esse crime perpetrado contra o povo de Mariana, de Brumadinho e de tantas outras cidades. Muito obrigado, senhor presidente.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.676/2016 (À sanção.).

Declarações de Voto

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares. De modo bastante breve também não poderia deixar de vir até aqui para agradecer aos nobres colegas e cumprimentá-los por tamanho feito no início da noite desta sexta-feira. De modo muito especial, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., que, articulador nato junto aos demais poderes, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Poder Executivo, por meio do governo do Estado e de entidades representativas da sociedade civil e dos ambientalistas; junto ao deputado João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública, e ao nobre colega deputado João Vítor Xavier, que foi o interlocutor desta Casa, conseguiu compilar todas as ideias e trazer um texto adequado, rigoroso e – digo – próximo da perfeição, para que não haja mais problemas com barragens em Minas Gerais. É óbvio que o que ficou para trás não tem como ser corrigido, mas estamos olhando para o horizonte. Então, com essa perspectiva, a Assembleia de Minas cumpriu o seu papel de ouvir as pessoas, acatar as ideias positivas e trazer para a lei aquilo que é o anseio da sociedade mineira. De modo muito especial, quero agradecer a todos os membros do Bloco Liberdade e Progresso que participaram das comissões, que estiveram presentes em grande número nesta sessão de hoje e participaram deste momento histórico para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado a todos os colegas. Parabéns, Sr. Presidente!

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, quero parabenizar esta Casa por essa vitória de Minas Gerais e, a V. Exa., pela condução dos trabalhos, afinal de contas fazer isso, ou melhor, realizar um projeto desse em tão pouco tempo significa que V. Exa. é o grande vitorioso nesta noite. V. Exa. encaminha esta Casa e a põe no caminho certo. Senhoras e senhores que estão nos acompanhando nesta Casa, anos atrás falávamos sobre a tecnologia que víamos em outras partes do mundo, ou seja, um resíduo sólido

não úmido e seco. Sr. Presidente, esta Casa tem de começar a olhar com muita seriedade para a água, que será o grande ouro desta década e nos próximos anos. O que acontece hoje, em Minas Gerais, com as mineradoras que estão levando a nossa água para o mar é muito triste e sério. Esta Casa terá de olhar para isso, assim como os ambientalistas que estão aqui e a imprensa. Senhoras e senhores, eles levam o nosso minério e estão levando a nossa água através do mineroduto. Vejam o que sai de água em Minas Gerais! A água vai embora levando minério e não retorna. Darei o exemplo da cidade de Dom Joaquim, onde a represa ajuda a fornecer a água que passa no mineroduto até o Porto de Santos: a água vai embora, estamos com seca e estaremos sem água. Portanto está na hora de as mineradoras bancarem a mesma água que vai embora e fazerem com que ela retorne para Minas Gerais. A coisa é séria, Sr. Presidente. Estamos tranquilos hoje porque a chuva está caindo e todos os reservatórios estão cheios de água. Mas vou lembrar a V. Exa. a hora da seca, Sr. Presidente. Na hora da seca, com a água indo embora pelo mineroduto, o povo passará dificuldade, e aí começaremos a lembrar disso. Apenas estamos antecipando o que acontecerá no futuro. Então, para que isso não prejudique a população no futuro, que esta Casa crie agora uma lei proibindo esses minerodutos ou garantindo a volta da água. A água que vai, ou seja, que sai de Minas tem de voltar, Sr. Presidente. Os nossos filhos, no futuro, vão precisar dela. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas presentes, público que nos assiste, telespectadores da TV Assembleia, é uma felicidade imensa, logo nos primeiros dias de trabalho nesta Casa, darmos essa resposta, que, sem sombra de dúvida, já poderia ter sido dada há muito tempo. Quero parabenizá-lo, deputado Agostinho Patrus, pela condução dos trabalhos nesta Casa, a todos os colegas e chamar a atenção. Há poucos dias, subi naquela tribuna e resolvi escolher algumas frases que estamos ouvindo no País de algumas autoridades. A última frase que me assustou muito e me deixou indignado foi a do presidente da Vale; ouvi esse presidente falar que a empresa é uma joia para este país, é uma joia para Minas Gerais. Joia, caros colegas, são as pessoas; joia é isso que fica acima da terra; joias são também aquelas pessoas que ficaram lá debaixo, vítimas do crime dessa empresa; joias são os filhos desses trabalhadores; joias são as famílias; joia é nossa água, tão maltratada, e a nossa natureza. Então, isso nos deixa indignados. Esse senhor, se não me engano, foi à Câmara dos Deputados relatar isso. Quero agradecer, mais uma vez, aos colegas. Sai correndo pelas ruas para chegar aqui e participar da votação; fiquei ligando para os companheiros porque estava no hospital com meu pai, mas não poderia deixar de participar deste momento histórico. E também precisamos cobrar que a CPI aconteça; precisamos cobrar que não fiquem impunes os criminosos que cometeram esse crime em nossa Minas Gerais e em todo o País. Mais uma vez, muito obrigado. Agradeço à sociedade civil. Vocês são fundamentais para podermos, cada vez mais, procurar fazer uma Minas Gerais mais justa e humana; procurar fazer um país mais justo e humano. Então, primeiro, quero agradecer a vocês da sociedade civil, das entidades, que foram fundamentais na construção desse projeto. Muito obrigado. Quero pedir a vocês que fiquem sempre juntos. Como presidente da Comissão de Participação Popular, quero também estar sempre junto a vocês. E agradeço a esta Casa por sempre nos propiciar condições para fazer esse trabalho junto à população. Nosso muito obrigado.

O deputado Virgílio Guimarães – Eu voto “sim”, Sr. Presidente, deputado Carlos Henrique, deputado João Magalhães, deputado Tadeu Martins Leite, que compõem a Mesa neste momento. Declaro meu voto “sim”, Sr. Presidente, mas, junto a essa declaração de voto, queria fazer também uma declaração de reconhecimento, em primeiro lugar, do papel de V. Exa., que, de maneira eficiente, proativa, foi um condutor, com o deputado João Magalhães, desse êxito que conseguimos hoje. Sei do papel de V. Exa. na presidência, deputado Agostinho Patrus, ao lado desse experiente e vitorioso deputado João Magalhães. Quero deixar aqui, deputado João Magalhães, meu reconhecimento, que eu já tinha de longe, como seu colega em outras épocas, em outros lugares; é bom ver também confirmada a sua liderança, a sua capacidade de articulação neste momento. Quero também, Sr. Presidente, assinalar que cheguei tardiamente para a elaboração desse documento – só este ano –, algo que já vinha sendo muito discutido desde a legislatura passada. Eu tinha uma série de sugestões a respeito dos processos complexos de desativação, de paralisação imediata dos processos úmidos de processamento de minério de ferro e da utilização de barragens. Trata-se de uma questão importantíssima, algo que é urgente e não pode deixar outro rastro de destruição econômica e social. Tentei, talvez de maneira açodada, colocar algumas emendas, mas fui alertado pelo deputado João Vítor, que, com a compreensão de todos da comissão, também desejava fazer outro projeto, bem

mais elaborado, bem mais detalhado, para tratar desses três fundamentais assuntos. Como terminar de imediato esses processos perigosos e tecnologicamente superados, mantendo-se o êxito da produção mineral segura e sustentável? Então, deputado João Magalhães, como V. Exa. tão bem compreendeu e tão bem me orientou a produzir uma peça completa, que depois teria um tratamento rápido aqui, elaborei-a hoje pela manhã, com os deputados Ulysses Gomes e Celinho Sintrocel. E fiquei sabendo depois que o deputado Cristiano já tinha elaborado algo nesse sentido da desativação dessas perigosas barragens, trazendo outros procedimentos, como maneiras de compensar os danos causados, em um segundo capítulo, também tão necessário para se pensar como implementar novos processos tecnológicos de processamento sustentáveis e seguros, para que Minas continue com sua vocação tão difícil, tão delicada – talvez a mais delicada do mundo, porque os nossos recursos minerais são embricados, são envolvidos com nosso patrimônio histórico, nosso patrimônio arquitetônico, a mata atlântica, nossos recursos hídricos e, sobretudo, nossas populações. Com a exploração mineral nessa complexidade, tem de haver uma regulamentação correta e, sobretudo, atualizada, com os processos adequados hoje disponíveis. Por isso, votei duplamente a favor, sabendo que esse acréscimo virá também, a curto prazo, para que tudo possa se realizar da melhor maneira possível. Parabéns, relator João Magalhães e presidente Agostinho Patrus!

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, demais colegas, senhoras e senhores, trago a certeza do bom combate. De pronto, parabenizo todos os parlamentares, mas sobremaneira aqueles verdadeiramente envolvidos nesse projeto das barragens, assim como os assessores desta Casa. Vamos aplaudir o Ministério Público, o Ibama, o TJ, a sociedade civil organizada e todos que enriqueceram o debate e fizeram valer seus propósitos. Sintam-se individual e coletivamente abraçados todos aqueles que, em prol da justiça e do bem comum, envolveram-se física e emocionalmente para repelir o erro, fazer cessar o medo e buscar a salvaguarda do povo mineiro. É inegável o despertar dessa força que emana pulsante, vigorosa na busca da melhor legislação, ainda que acolham olhares gregos e troianos. Com esse intuito, através do PL de minha autoria anexado ao PL em apreço, eu vinha buscar agregar o que compreendi ser o melhor: pretendia a proibição de barragens a montante, mas o parecer determinou a proibição de licenciamento a essas barragens, o que não deixa de ser um avanço. Da mesma forma, o parecer contemplou a proteção dessas áreas chamadas zonas de autossalvamento em um raio de 10km. Pretendi avançar, determinando um prazo para que todas essas barragens bomba-relógio – assim chamadas por mim – fossem eliminadas, mas os requisitos pautados no texto final para desativação das barragens, de certa forma, atendem aos nossos anseios, limitados pelas particularidades de ordem técnica. Bom, esse marco já revela a minha tentativa eloquente e efetiva de preservar a vida e findar essa lama de impunidade que é o nosso Estado. Chega, Sr. Presidente! Minas Gerais não aceita mais isso. Acabou. Minas Gerais agora tem nova lei, tem nova determinação, e é isso que tem de ser. Chega de cortar nossas montanhas, acabar com as nossas serras. Mar de lama nunca mais! Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Elismar Prado – Sr. Presidente, ele não abriu mão. O deputado Glaycon Franco vai falar. Mantém? *O.k.* Agradeço ao presidente e digo que, obviamente, votei sim. Parabenizo o deputado Agostinho, esta Casa e, de maneira muito especial, os movimentos sociais e as comunidades que vieram aqui de maneira legítima para lutar por seus direitos. Esta Casa cumpriu o seu papel de maneira autônoma, independente. Volto a frisar aqui: o que ocorreu em Brumadinho, em Mariana e em outros locais envolvendo as mineradoras e as barragens foi crime, foi assassinato, que deve ser punido de forma rigorosa. Esta Casa agiu, cumpriu o seu papel, mas quero lamentar – e creio que este é o pensamento de todos –, porque foi um crime que poderia ter sido evitado, como outros também, que já ocorreram em Minas Gerais. Espero que jamais ocorram outros e vidas sejam ceifadas. Esta Casa, Sr. Presidente, tem de estar muito atenta para fazer políticas preventivas. Eu mesmo fui autor de uma matéria que dispõe sobre a proteção dos atingidos por barragem, apresentada aqui, em 2015. O projeto ficou parado. Ora, é muito triste, é lamentável esse crime! Foi dada resposta aqui, mas esse crime poderia ter sido evitado. Não podemos esperar uma grande tragédia, que vidas sejam ceifadas, que famílias sejam colocadas em sofrimento, para depois adotar uma medida não só em relação aos crimes das mineradoras, mas a uma série de outras políticas em vários setores de Minas Gerais. Esta Casa tem de manter a sua postura independente, autônoma, ouvindo as ruas, ouvindo a população, os movimentos, ou seja, cumprindo com dignidade e honra o voto de confiança que cada um recebeu aqui. Realmente, eu cumpri com muita seriedade. Vem a minha cabeça, por exemplo, a situação das nossas escolas, não é, Bia? Nós

sabemos que há escolas com problemas, que não têm licenciamento do Corpo de Bombeiros, problemas com a fiação, podendo haver um incêndio, uma tragédia. A rede física de muitas escolas estão realmente em situação deplorável. Pode cair um teto a qualquer momento em cima dos trabalhadores da educação, professores, alunos. Assim também estão outras áreas aqui em Minas Gerais, os nossos hospitais, as nossas estradas, a situação dos trabalhadores em geral, por exemplo, da Cemig, os eletricitários – muitos já foram envolvidos em acidentes graves e perderam a vida. Enfim, esta Casa precisa atuar de maneira preventiva em todas as áreas de política pública, de modo responsável, autônomo, independente, sempre levando em conta acima de tudo o interesse público da população. Eu parabeno sim todos aqui. Cumprimos o nosso papel para endurecer e fortalecer a legislação ambiental, a fiscalização das barragens. Sabemos que ainda corremos riscos em várias regiões do Estado onde existe esse modelo que precisa ser desativado, drenado o mais rápido possível. Milhares de pessoas ainda estão apreensivas. Esta Casa precisa agir, repito, de maneira preventiva. Jamais podemos esperar uma tragédia, uma grande comoção para depois, movidos por toda essa pressão, tomarmos uma atitude que já deveria ter sido tomada há anos. O marco do minério, lá na Câmara dos Deputados, por exemplo, é uma discussão que já ocorre há mais de 20 anos em Brasília. Lamentavelmente, as empresas mineradoras destroem o nosso meio ambiente, destroem vidas só para atender os interesses econômicos de grandes conglomerados, interesses do grande mercado financeiro, mas nenhuma vida vale menos do que tudo isso. Cada vida precisa ser valorizada e não tem que ser medida por interesses econômicos. A vida tem um valor incomensurável. Temos de nos guiar por esse critério; e não, simplesmente, pelo critério econômico, pelos interesses, pelo dinheiro, pelo lucro, pela ganância. Por que se fez esse modelo a montante? Porque é o mais barato? Acho que isso serve de lição para que jamais ocorra de novo não só em relação ao mar de lama, mas também em outras áreas de atuação do Estado, estradas, hospitais, escolas, enfim, como eu disse, a situação dos nossos trabalhadores em geral. Parabeno esta Casa, mas deixo essa reflexão. Obrigado.

A deputada Beatriz Cerqueira – Boa noite, presidente, boa noite a todos que acompanham e participam desta reunião e deste Plenário. Presidente, permita-me não fazer uma comemoração e nem uma celebração. Como eu havia dito hoje, durante a reunião da Comissão de Administração Pública, fazemos a votação desse projeto, em 2º turno, ao mesmo tempo em que mais de 100 famílias ainda não enterraram seus mortos; não sei quantas famílias não conseguiram velar os seus ou enterraram parte de seus corpos. Portanto, dividimos o luto e a luta para que possamos frear esse poder predatório das mineradoras. Compreendo perfeitamente que esse projeto é um passo importante, mas esta Casa ainda precisa dar duas outras respostas. Sou defensora de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, desde 2015, porque devemos ajustar contas com o passado. Quando não velamos os nossos mortos, os criminosos se acham no direito de continuar a cometer seus crimes. Acho que a CPI cumprirá esse importante papel, porque é o mais robusto que pode ser feito pela Casa. Presidente, faço um apelo. Hoje, cuidamos do licenciamento e da segurança das barragens. Agora, precisamos cuidar das pessoas. Aquelas mulheres, aqueles homens, aquelas crianças que são atingidas pelas barragens. Temos, desde a legislatura passada, um projeto de autoria do governador do Estado, que é uma política de proteção aos atingidos e atingidas. Quem lida um pouquinho com a mineração sabe que, por essência, ela é violadora de direitos, ela invisibiliza as comunidades e, aonde ela chega começam doenças que não existiam. Ela tira as águas das comunidades – onde tem mineração não tem água –, ela tira o sossego, ela tira o modo de viver das pessoas, ela tira a agricultura familiar e, fundamentalmente, as primeiras que são atingidas são as mulheres. Agora, precisamos nos esforçar para que o governador Romeu Zema desarquive o projeto que dará proteção aos atingidos e atingidas por barragens. Cuidar dessas pessoas e protegê-las contra violação de direitos é muito importante. Já disse uma vez, duas vezes e vou dizer pela terceira vez que a iniciativa privada comete os crimes, como os da Vale, e o poder público é o garantidor de direitos. Nós precisamos ter uma política para os atingidos. Quando não temos, as mineradoras atuam livremente na violação de direitos. Deixo essas ponderações para o próximo período que enfrentaremos. Eu saio, hoje, deste Plenário, com muita dignidade, Agostinho, porque a primeira votação que fizemos foi uma resposta política importantíssima à reincidência criminosa da Vale, que cometeu um crime no dia 25 de fevereiro e havia cometido outro no dia 5/11/2015. Presidente, quero cumprimentá-lo pela capacidade de articulação e pela opção de agenda política. Também cumprimento o presidente da Comissão de Administração Pública, que soube compreender o nosso papel como deputados e deputadas, assim como soube compreender que os movimentos têm um protagonismo

fundamental que precisam ser considerados. Então, que sigamos nessa luta e permaneçamos em luto por todas as famílias que sofrem com as mortes e com as violações de direitos decorrentes da lama.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa noite, presidente Agostinho, boa noite, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todo o povo mineiro que nos acompanha. Hoje, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais dá um importante passo ao criar mecanismos para impedir que novas tragédias, como a que ocorreu em Brumadinho e em Mariana, se repitam no nosso estado. A população não suporta mais essa realidade, e quero parabenizar todos que se envolveram nesse debate, especialmente a sociedade civil organizada, os órgãos que acompanharam, que debateram, ao longo de mais de oito meses, o projeto que aprovamos hoje. A Assembleia está de parabéns pela iniciativa de fazer a votação com um projeto de grande magnitude. Apesar desse avanço, quero registrar que não é um ponto final em nossa discussão sobre os impactos da mineração no Estado. Meu colega deputado Alencar ressaltou bem a questão do mineroduto. Deputado Alencar, temos que cuidar dessa preciosidade, que é a água. Como mãe de duas crianças e responsável pela nossa sociedade, tenho de cuidar para que haja água potável de qualidade no futuro. E o que acontece com o mineroduto é a retirada da nossa água boa para plantar, para nos servir, indo para os ralos por meio do minério. Quero registrar que desarquivei um projeto da legislatura passada, que trata exatamente dessa temática e que propõe o retorno de 50% dessa água para o nosso estado. Quero discutir essa temática com vocês, como uma parlamentar atuante, focada na área da sustentabilidade, para que possamos fortalecer e dar ainda mais força ao nosso estado. Quero registrar também que esse projeto, essa lei aprovada aqui não resolve o problema das famílias que perderam diversas vidas. Ainda temos que continuar na luta para que essas pessoas, essas famílias tenham os seus direitos garantidos. Espero que, juntos, possamos fortalecer a luta, garantir as indenizações e toda a segurança, porque elas merecem. Presidente, estou surpresa de, ao final da votação, receber um comunicado de que a Semad acaba de autorizar o processo de mineração na Serra da Piedade, uma das nossas principais grandezas natural, cultural e religiosa. É um verdadeiro absurdo não considerar, nos tempos de hoje, o impacto que isso trará ao nosso estado. Então quero agradecer e parabenizar todos os parlamentares, a Assembleia Legislativa, a população e dizer que, incansavelmente, discutirei em prol da sociedade mineira, contra esse absurdo que a mineração acomete em Minas Gerais.

O deputado Celinho Sintrocel – Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, neste momento, declarar a todo o povo mineiro, a todos os deputados e deputadas, o importante momento que a Assembleia Legislativa de Minas marca na sua história na data de hoje. Quero também agradecer ao presidente Agostinho Patrus e ao deputado João Magalhães tudo o que fizeram para que chegássemos ao momento da aprovação desse projeto, que busca garantir condições sérias e firmes no processo de licenciamento e de fiscalização das barragens no Estado de Minas Gerais. Como diz o deputado João Vítor Xavier, o que se aprovou nesta Casa hoje é um exemplo para o país. E de certa forma alivia um pouco a dor da sociedade mineira por tantos crimes, tantas tragédias que vêm ocorrendo no Estado de Minas Gerais. Quero também dizer que estamos dando um passo, um passo importante, um passo para garantir a fiscalização necessária no processo de licenciamento ambiental. Mas ainda precisamos garantir outras leis que possam, de certa forma, obrigar a destinação adequada de todos os resíduos que se encontram em barragens do nosso estado, que é hoje um depósito de resíduos e coloca uma parcela muito grande da nossa sociedade em risco. Pedimos uma solução, porque todos estamos muito, mas muito preocupados com o que acontecerá em cada município, em cada região. Tenho recebido apelos, a todo momento, de moradores, de parcela da sociedade que reside em Itabira, em Congonhas, em Nova Lima, aqui; enfim, onde há barragens no Estado de Minas Gerais. Qual será a destinação de todo o resíduo desse processo criminoso, que é esse sistema de barragens, que vem perdurando em Minas, mas que, nesta Assembleia Legislativa, graças a Deus, colocamos um fim, uma garantia de fiscalização? De certa forma, buscamos também barrar um pouco o ganancioso lucro de todos que investem nessa área, que não visam sequer a segurança das pessoas, da sociedade, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quero também, em nome do movimento sindical, em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras, agradecer a todos os deputados e, acima de tudo, ao presidente a celeridade para que pudéssemos votar esse projeto em 2º turno. Quero ainda fazer um apelo ao governo de Minas, para que possa haver uma fiscalização necessária, como aprovada hoje: que ele possa estruturar mais a nossa Secretaria de Meio Ambiente nos processos de licenciamento

ambiental. Precisamos cobrar concurso público para haver mais profissionais que façam essa fiscalização necessária. Precisamos também cobrar do Estado que garanta mais investimentos na Secretaria de Meio Ambiente, dê equipamentos necessários para que esse processo de fiscalização aconteça realmente e que o nosso estado possa estar protegido, a sociedade possa estar protegida. Tenho muita satisfação e alegria, neste meu terceiro mandato, de ser um dos 77 Deputados de Minas Gerais a aprovar um projeto tão importante. Mas quero continuar, neste meu terceiro mandato, trabalhando ao lado de todos os nobres pares, colegas deputados e deputadas, para continuar aprovando projetos importantes para garantir qualidade de vida, uma vida mais saudável ao nosso povo mineiro. Terminando, agradeço, presidente, por tudo o que o senhor colocou. Nós dois estivemos ao lado de outros deputados em Mariana, quando ocorreu aquele acidente. Ali dissemos que outras tragédias poderiam acontecer em Minas. Hoje, com esse projeto de lei, buscamos mais segurança e mais garantia para a nossa população. Mas ainda precisamos fazer mais. Finalizando, não posso deixar de destacar também o trabalho de outros deputados que não estão nesta Casa ou que estão na Câmara dos Deputados e contribuíram muito para chegarmos à aprovação dessa lei nesta Casa, com os trabalhos das comissões. Muito obrigado, presidente.

O deputado Glaycon Franco – Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, vou ser breve, porque percebo que há ainda deputados que querem se manifestar. Gostaria de cumprimentar V. Exa. e os membros da Comissão de Administração Pública, e o faço na pessoa do deputado João Magalhães. Relembro que essa luta em defesa do aumento, do vigor na fiscalização, esse novo marco legal que se refere à segurança das barragens em Minas Gerais, começou lá atrás, pelas mãos de V. Exa., que presidiu a Comissão Especial das Barragens, capitaneada, à época, pelo deputado Adalclever e cujo relator era o deputado Rogério Correia. Não podemos nos esquecer de que, antes do rompimento da barragem em Mariana, outras barragens se romperam, e nada foi feito. Isso demonstra a sensibilidade de V. Exa. Tão logo surgiu essa nova situação, instalamos a Comissão Especial das Barragens e a findamos hoje, dia 22, com essa nova legislação, que certamente será referência para os demais estados, para o Brasil e para o mundo. Isso mostra a sensibilidade desta Casa e de todos os deputados; mostra que, mais uma vez, Minas Gerais sai à frente, é vanguarda na história, como sempre foi, principalmente no que tange à legislação de fiscalização e licenciamento ambiental de barragens. Gostaria também de cumprimentá-lo pela iniciativa da PEC nº 9, resgatando para esta Casa a função precípua de fiscalização. Esses dois projetos já mostram a sua cara e o seu compromisso por total independência à frente dos trabalhos neste novo mandato que iniciamos este ano. Com certeza, V. Exa. vai marcar sobremaneira esta Casa com sua gestão, pautando, acima de tudo, os interesses de Minas em detrimento de outros. Meus parabéns, Sr. Presidente! Vamos juntos, e espero que continue sendo essa pessoa que privilegia os interesses da população, do povo mineiro em detrimento dos interesses dos grandes empresários, dos grandes negócios, porque é assim que temos que trabalhar. O poder público tem que se dedicar às pessoas mais carentes; o poder público tem que se dedicar às causas das pessoas mais necessitadas, e V. Exa. dá demonstração para o que veio. Tenho certeza de que será um dos grandes presidentes desta Casa. Um abraço! Conte conosco.

A deputada Celise Laviola – Eu gostaria de cumprimentar as colegas deputadas, os colegas deputados, todos os que nos acompanham pelas galerias, pela TV Assembleia e pela internet. Presidente, não por acaso deixei para cumprimentá-lo por último; cumprimentá-lo duplamente por nos presidir hoje, nesta sessão tão importante, em que aprovamos o projeto, e também por presidir a comissão das barragens, que o produziu. Tive a oportunidade de, por duas vezes, estar sob o seu comando, para fazermos uma legislação que pudesse aliviar a situação do nosso estado. Só uma coisa, presidente, nesta declaração de voto me deixa triste: a lama ter descido pelo meu Rio Doce. Sinto muito por isso, mas parabeno V. Exa. e todos os deputados pela aprovação desse projeto.

O deputado Professor Wendel Mesquita – Presidente, primeiramente, somando coro a todos os deputados e deputadas que me antecederam, quero parabenizar todo o esforço desta Casa e de V. Exa., que, de forma célere, com total rapidez, constituiu todos os procedimentos para que esse projeto viesse a Plenário esta noite, para ser votado. Acho que é uma resposta ao meu primeiro mandato de deputado este primeiro projeto que voto no Plenário. Fico muito feliz de poder trazer essa resposta à população mineira. Sabemos os transtornos que esse acidente – aliás não é acidente –, que esse crime causou aos moradores de Mariana, de Brumadinho e de outros municípios que já estão sendo afetados com a retirada de famílias, como Nova Lima: recentemente, no Distrito de Macacos,

várias famílias e comerciantes foram retirados de suas residências e comércios. Parabéns, presidente. V. Exa. mostra, com a Mesa, o seu compromisso. Vimos toda a movimentação esta semana, todo seu esforço hercúleo junto com todos, com o deputado João Magalhães, na Comissão de Administração Pública e com todos os deputados que já vinham nesta Casa construindo uma legislação, que hoje é aprovada para fazer diferença. E que o Estado de Minas, como disseram vários outros deputados, se torne vanguarda na legislação das barragens. E com certeza, Minas Gerais dá um exemplo agora para o Brasil e, não tenho dúvidas de que sairemos aí com uma estrutura diferenciada nessa legislação tão importante, para evitar novos acidentes, porque os que já aconteceram não poderão ser mais evitados. Mas precisamos ainda continuar essa somatória de esforços, presidente, tenho certeza de que V. Exa. continuará conduzindo, junto com a Mesa, com os presidentes de comissões, as ações tão importantes de que o povo de Minas ainda precisa para resgatar sua dignidade, para resgatar esse sofrimento tão grande que vem assolando as famílias. Ainda temos muitas respostas. Houve uma única audiência pública, mas várias virão. Quero agradecer ao deputado Noraldino, que preside a Comissão de Meio Ambiente. Apresentei um requerimento esta semana, e ele já se dispôs a aprová-lo, para que possamos fazer uma audiência pública na cidade Nova Lima. Ontem estive no Ministério de Turismo, com a secretária de Turismo de Nova Lima, solicitando uma ajuda do Ministério de Turismo para os 100 empreendimentos no Distrito de Macacos, que estão completamente paralisados. São pousadas, são microempreendedores, que estão lá sem suas rendas. Há restaurantes. Há investimentos. Há lá um empreendedor, que investiu R\$4.000.000,00 em um restaurante que hoje está fechado. Fora os empreendedores locais que estão lá paralisados. Quero agradecer ao secretário-executivo, Daniel Nepomuceno, que hoje esteve prontamente atendendo o nosso pedido. Ele esteve lá no Distrito de Macacos com a secretária de Turismo, de Nova Lima, acompanhando e buscando uma alternativa junto ao Ministério de Turismo para minimizar um pouco esse impacto. Quero comunicar, presidente, que estou puxando uma frente parlamentar. Convido os deputados que quiserem fazer quórum. Sabemos que a frente parlamentar não tem a jurisprudência que tem uma CPI, mas, de toda forma, já há o entendimento no STF de várias frentes parlamentares no Brasil que trouxeram algumas soluções. Já existe entendimento no Supremo Tribunal Federal dessas construções, via frente parlamentar, como válidas. Portanto comunico a criação de uma frente parlamentar em defesa dos atingidos. E já iremos fazer nossa primeira ação lá, no Município de Nova Lima. Convido os deputados e as deputadas que quiserem integrar essa frente parlamentar que, por favor, assinem o requerimento. Também quero dizer, mais uma vez, e para terminar esse momento, dessa felicidade de, com todos os deputados e deputadas, com esta Casa imbuída nesse espírito, que é natural do mineiro, de somar forças em prol do bem comum. Se não fosse a galhardia da construção vinda da nossa presidência, da Mesa... Fico feliz, presidente, de ter depositado voto de confiança em V. Exa., na sua presidência, vendo seu trabalho neste primeiro mês nesta Casa, vendo esse projeto sair do papel, sair dos anais desta Casa, se tornando um fato real, que, com certeza, irá ajudar várias famílias. Vamos somar forças, porque esta semana fecharam a BR, lá na cidade de Itabirito – foi um caos –, e precisamos dar uma resposta e continuar dando essa resposta ao cidadão mineiro.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, fazendo coro a palavra dos deputados, que me antecederam, quero manifestar minha alegria em participar desta importante votação, como primeiro projeto votado nesta legislatura. Deputado Agostinho Patrus, acompanhei o esforço de V. Exa. à frente desta Casa para conduzir, da melhor forma possível, junto com o deputado João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública, para que este projeto pudesse ser apresentado e aprovado na data de hoje. Sr. Presidente, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, aproveito para convidar todos os deputados presentes, todos os representantes dos movimentos sociais, para participarem, na próxima terça-feira, às 17 horas, de uma audiência pública, na Assembleia Legislativa, para tratar do rompimento da barragem de Brumadinho, das causas e consequências e da segurança das barragens. Nós acreditamos que tivemos o pontapé inicial, um projeto que coloca Minas Gerais na vanguarda, mas, Sr. Presidente, muito mais é preciso fazer, muito mais é preciso ser feito. Tenho conversado com vários colegas, e um fato que chama atenção, e quero trocar essa ideia com os deputados, é que tivemos algumas barragens, deputado João Magalhães, que foram agora interditadas. Tivemos a definição de evacuação de várias outras barragens. Deputado João Magalhães, qual a diferença que tínhamos na estrutura e na estabilidade da barragem há um mês e agora? Diferença nenhuma. A única diferença que temos hoje é

que as mesmas empresas responsáveis por atestar a estabilidade dessas barragens há um mês as atestavam como barragens estáveis. E agora, de acordo com a realidade, após o rompimento da barragem de Brumadinho, essas mesmas empresas, deputado Mauro, não dão segurança à população da estabilidade dessas barragens. É uma demonstração clara de que os laudos de estabilidade de barragens não estavam sendo feitos de acordo com os critérios técnicos. Os critérios técnicos não estão vulneráveis à realidade política ou ao ambiente externo, deputado Mauro Tramonte. Então, temos uma demonstração clara de que são necessárias ações desta Casa para que possamos intervir na relação empreendedor-empresas que atestam a estabilidade, a segurança, não só a segurança de barragens, mas que atestam a segurança e a estabilidade de empreendimentos que geram impacto ambiental. É necessário que o poder público tenha interferência direta nessa escolha, nesse credenciamento e nessa definição. A empresa não pode estar vulnerável à mera decisão do empreendedor de empregar ou não, de contratar ou não aquela empresa. Porque aí temos o *lobby* demonstrado claramente no rompimento dessas duas barragens. Demonstrado claramente. Então, Sr. Presidente, parabênizo V. Exa. mais uma vez pela condução desse trabalho. V. Exa. inicia com maestria a condução da Assembleia Legislativa. E quero voltar a convidar todos os presentes para a audiência pública sobre o rompimento da barragem na Comissão de Meio Ambiente, terça-feira, às 17 horas. Temos muito mais a avançar. Muito obrigado.

O deputado Bartô – Boa noite a todos. Primeiramente, parabênizo o presidente por dar prioridade a esse projeto, haja vista que há uma situação de clamor público por uma resposta. Nesse sentido, votei “sim”, justamente para tentar acalmar um pouco mais a população. É um sinal de tranquilidade. Mas acho que o deputado Noraldino foi muito feliz em sua fala, em deixar claro que há um mês tínhamos as barragens em pleno funcionamento, e hoje várias delas apresentam uma série de problemas, inclusive as empresas que emitem laudos não estão emitindo. Sendo assim, para mim está claro que o problema das barragens não é questão de regulamentação. O problema das barragens é o medo. Ou melhor, a falta de medo ao fazer da forma como bem se entende, e de repente acontece isso: esse crime que aconteceu em Brumadinho, esse crime que aconteceu em Mariana. Então, por mais que essa lei traga mais regulamentação, que, no meu entender, é até um pouco maléfica para a estrutura do Estado como um todo; por mais que foquemos em regulamentação e em fiscalização, devemos perceber que é a punição que, realmente, fará com que crimes como esse não voltem a acontecer. Sendo assim, presidente, deixo o meu pedido para que se instaure a CPI da lama. Essa é a verdadeira resposta que podemos dar ao nosso povo e a verdadeira forma de prevenirmos, sim, que fatos como esse não mais aconteçam. Muito obrigado.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, Sras. deputadas, Srs. deputados e povo de Minas Gerais, realmente é uma noite marcante para a história da Assembleia e de Minas Gerais. Venho elogiar V. Exa., presidente Agostinho Patrus, pela capacidade de dar pronta resposta ao povo de Minas Gerais. Certamente este momento ficará marcado na nossa história. Gostaria de destacar particularmente um item específico que está incluído nesse projeto de lei relativo à multa devida às cidades impactadas. Fico muito feliz de, nos meus primeiros dias na Assembleia, ao completar a minha terceira semana como deputado estadual, poder contribuir trazendo a esta Casa o prefeito Neném, de Brumadinho. Tive a oportunidade de estar, no sábado passado, na cidade de Brumadinho com a comitiva do Ministério do Turismo, sobrevoando a área e buscando alternativas para o soerguimento daquela comunidade. Naquela oportunidade, o prefeito Neném, muito humildemente, com o sofrimento ainda da cidade enlutada, solicitou-me que tivesse a oportunidade de estar nesta Assembleia para apresentar – ele, pessoalmente, melhor que ninguém, chefe do Executivo local – suas aflições e as do seu povo. Imediatamente levei ao conhecimento desta presidência, que, de maneira bastante articulada e enérgica, deu sinal positivo, preparou todos os seus assessores e pôs toda a Assembleia à disposição. E ontem, pela manhã, o prefeito esteve reunido no Colégio de Líderes e com a Mesa e expôs todas as suas necessidades. Destaco a preocupação que ele trouxe com o recebimento da multa aplicada. Pelo dispositivo legal e a hierarquia das leis – lei municipal, lei estadual e lei federal –, ele tem muita preocupação com que o Estado, recebendo, não fosse receber também. Assim solicitou que fosse incluída na lei a questão de que 50% da multa devida ao Estado seriam repassados imediatamente às cidades impactadas. No caso específico, a cidade de Brumadinho receberia 50% da multa a ser repassada ao Estado de Minas Gerais. Com isso, espero ter contribuído com o soerguimento dessa comunidade. Também tive a oportunidade de dizer ao prefeito que, como presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, procuraremos

identificar em Brumadinho outras aptidões econômicas. Além da sua vocação natural para o turismo, por meio do museu Inhotim, identificaremos todo o seu potencial relativo a agropecuária, especialmente a agricultura familiar, para possibilitar parcerias no intuito do soerguimento dessa classe produtiva tão importante para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, parabéns V. Exa. e todos os deputados envolvidos, que, como eu disse, com pronta resposta, demonstrando valor cívico, responderam de forma eficiente e humana, pensando no bem comum do povo mineiro. Muito obrigado.

O deputado João Magalhães – Obrigado, presidente. Quero apenas agradecer; agradecer aos nossos consultores, aos nossos assessores, pelo brilhante trabalho e pela paciência que tiveram conosco nessa reta final, ficando até tarde da noite, acordando cedo, com muita pressão, ajudando-nos a construir esse memorável parecer; agradecer a todos os nossos colegas deputados que nos apoiaram em toda essa fase, alguns nos oferecendo subsídios importantes para que pudéssemos aperfeiçoar nosso relatório, que, se Deus quiser, presidente, vai ficar para a história como um marco, não só em Minas Gerais, mas no Brasil, como a mais moderna, precisa e dura legislação não só de segurança de barragem mas também de licenciamento de barragem. Por último, quero agradecer a V. Exa. pela confiança e pela árdua tarefa que nos deu: em 15 dias, votarmos esse projeto no Plenário. Pode ter certeza de que isso ficará para a história, marcará os dois anos de presidência de V. Exa. como um dos projetos mais importantes votados nesta Casa nos últimos anos. Parabéns a toda a nossa Casa pela grandeza de votar essa matéria tão difícil, em um prazo tão exíguo. Obrigado, presidente, pela confiança.

O presidente – Parabéns, deputado João Magalhães, pelo trabalho realizado, pelo empenho. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Presidente, deputados, deputadas, movimentos sociais, cidadãos, cidadãs que acompanham a nossa reunião extraordinária pela TV Assembleia, de fato, hoje é uma noite importante, não diria só para a Assembleia, mas para o Estado de Minas Gerais, porque aprovamos aqui uma legislação fundamental para a garantia da dignidade humana, da segurança das pessoas, do meio ambiente, um tema tão complexo, tão controverso, depois de um crime, o crime de Brumadinho, o crime da Vale, que trouxe tanta consternação, tanta indignação e tanto sofrimento, principalmente para aquelas famílias que perderam seus familiares. Queria aqui dizer que esse projeto, aprovado em 2º turno, foi resultado de muito esforço. Diria que hoje ocorreu a vitória da construção política, daqueles que acreditam que é possível conviver com as divergências e avançar. E aqui eu queria destacar o papel do presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, que, ao assumir, ouvindo os líderes, por sua iniciativa, colocou como prioridade e como meta que nós não votaríamos nenhum projeto, seja do governo, seja dos deputados, seja das deputadas, antes que Assembleia desse uma resposta vigorosa à imperiosa necessidade de regulamentação, de fiscalização das barragens em Minas Gerais. Quando o presidente é um líder, quando ele estabelece um objetivo e quando ele cria as condições de diálogo com todas as correntes de pensamento, é possível sim chegar a um bom resultado. Chegamos a um bom resultado porque os líderes participaram, porque as comissões participaram, porque o movimento social esteve presente. O presidente sempre fez questão de dizer: vamos partir do projeto, da proposta dos movimentos sociais, ouvindo as outras instituições, mas sem abrir mão da prerrogativa da Assembleia, que, em última instância, é quem vota os projetos. Hoje estamos dando exemplo de que é possível chegar a um bom produto, a uma boa lei, a uma boa produção legislativa, principalmente neste momento em que a credibilidade da política está em baixa. É importante resgatar a confiança no Legislativo a partir de exemplos concretos. Fiquei refletindo, ao ver postagens importantes nas redes sociais convocando a população para a Assembleia, elogiando o projeto, mas, ao mesmo tempo, afirmando: “É inacreditável; é um bom projeto”. Não, aqui, na Assembleia, aprovamos e votamos bons projetos quando temos maioria ou consenso. Mas nem sempre a construção do consenso é automática; requer paciência, diálogo e também flexibilidade de escuta para incorporar sugestões. O deputado Tadeu mesmo sempre defendeu, em todo o processo, que não poderíamos penalizar os agricultores familiares com regras que estamos pensando para grandes instituições ou para grandes empresas transnacionais da área de mineração. Essa era uma preocupação relevante. Os movimentos sociais colocaram preocupações com o descomissionamento das barragens já existentes e com a questão das distâncias. Então queria parabenizar não só todos os parlamentares, mas também a sociedade civil. Demos o exemplo de

que é possível enfrentar os grandes desafios. Agora temos de ir além, e ir além é pensar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para Minas Gerais. Que Minas não fique refém só de *commodities* de minério de ferro, de café; que possamos diversificar a economia mineira, pensar nas vocações regionais. Temos esse grande desafio, presidente. Queria concluir agradecendo também às deputadas e aos deputados do Bloco Democracia e Luta, que confiaram na condução dos seus líderes; aos vice-líderes; ao deputado Ulysses, líder da Minoria; ao deputado Cristiano, secretário, 2º-vice-presidente da Assembleia. Esse processo foi difícil, demandou horas, horas e horas. O deputado João Magalhães teve um papel fundamental na Comissão de Administração Pública, onde estávamos representados pela deputada Beatriz. Portanto, hoje é a vitória da política, da boa política, da construção política, do diálogo, da relação aberta e de confiança com os movimentos sociais. E continuaremos, seja em defesa da Serra da Piedade, seja em outras legislações para o Sinclinal Moeda. Estaremos aqui com esse mesmo espírito. Agora, repito: se não tivéssemos a liderança, a condução correta e determinada do presidente Agostinho Patrus, não chegaríamos a esse resultado. Parabéns, presidente! V. Exa. iniciou muito bem essa gestão. Tenho certeza de que vamos avançar muito mais.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, é o momento de falarmos mesmo de gratidão. Como os nobres deputados já disseram, é necessário exaltar a importância de termos líderes. Liderança é importante no sentido de ser o farol que vai à frente e orienta os demais, e esse papel o presidente desta Casa cumpriu de forma esplendorosa. Estamos aqui também para reconhecer isso. O papel do Colégio de Líderes foi garantir que a votação acontecesse, e eu tive a honra de dar o primeiro sim nesta Casa, na primeira votação em Plenário, uma das primeiras mulheres negras a ocupar uma vaga na Casa e estar relacionada a um processo que considero muito parecido com a Abolição da Escravatura, que veio por legislações que caminharam para libertar corpos negros da escravidão. Considero que uma lei que vá fiscalizar e garantir que não haja mais barragens desse modelo que matou muita gente é um avanço para que Minas Gerais, um dia, esteja liberta desse processo de escravidão que as mineradoras impõe ao Estado. Quero sim levantar alguns pontos que acho extremamente importantes e ressaltar que cada artigo dessa lei tem sangue derramado, o que dá não só legitimidade a cada um dos movimentos sociais que contribuíram com o processo, mas também ressalta que o poder emana do povo. A presença do povo na Casa, inclusive com a iniciativa de projetos de lei, trouxe uma força ainda maior neste momento: o primeiro projeto de lei votado nesta legislatura veio da iniciativa popular. Isso também é motivo de muita alegria, é uma conquista que precisa ser reproduzida, repetida, porque ainda há diversos municípios em estado de calamidade. Brumadinho, Nova Lima e Congonhas estão enjauladas porque não têm sequer condições de manter uma vida digna, manter o seu cotidiano, enquanto as mineradoras não derem resposta a esse modelo de extrativismo que só mata, destrói o meio ambiente, destrói a nossa vida, destrói a nossa cultura. Quero dizer também que são extremamente importantes as denúncias que estão chegando à Casa hoje em relação à Serra da Piedade. Infelizmente há um avanço na mineração, e estamos falando de algo que precisa do posicionamento do Executivo. Reconheço que já fizemos o nosso papel no Legislativo, e, agora, o projeto de lei vai para o Executivo, que precisa ter o compromisso de executar a lei, evitando que as mineradoras continuem deteriorando o nosso estado, matando pessoas e mantendo todos os municípios reféns desse modelo econômico que está defasado. No mais, quero dizer que o meu “sim” nesta noite, neste momento é também o resgate histórico de todo um processo abolicionista em que acredito. Vou continuar lutando para que o nosso estado seja de fato liberto, como está no nosso brasão. Obrigada pelo espaço. Boa noite!

A deputada Leninha – Boa noite, Sr. Presidente, colegas que estão compondo a Mesa Diretora, deputadas e deputados que ainda se encontram aqui e público que nos acompanha. Esta noite, com certeza, inaugura um tempo novo em Minas Gerais, com a Assembleia propositiva, presente, corajosa graças à condução do nosso presidente, do relator, deputado João Magalhães, e também das pessoas que compuseram esta comissão, além de todos aqueles que fizeram essa construção, que, para mim, resume de fato, um desejo do Ministério Público, da sociedade civil, do movimento socioambiental de Minas Gerais. Enfim, algumas coisas me deixaram muito satisfeitas na lei que aprovamos esta noite – uma, inclusive, tem a ver com o descomissionamento e a descaracterização.

Sempre digo que, aqui em Minas, as empresas entraram por 20 anos, deixaram seus passivos ambientais e, depois, a própria comunidade ou localidade tinha que cuidar do que restou. Mas agora estamos falando de forma diferente: além de fazer o extrativismo, a retirada da nossa riqueza, elas têm que devolver para a comunidade a revegetação do local, seu estado original no território. Isso significa avanço, mas precisamos avançar mais na legislação do Estado de Minas Gerais, que é um labirinto, uma dificuldade. Votar esse projeto não significa que o nosso trabalho encerrou; o nosso trabalho de fiscalizar, fazer o controle e dar voz a outros projetos que, nesse ensejo, vieram à pauta: do pessoal da Gandarela, do pessoal de Fechos, do pessoal da Serra da Piedade e de tantos outros que estão aguardando o posicionamento desta Casa. Para nós é uma alegria muito grande, uma satisfação. O deputado Alencar falou da questão da água, e, em reuniões anteriores, também falamos sobre isso. O mineroduto, no nosso caso, numa região de semiárido: se não há água para o povo beber, deputado Alencar, como vai haver para construir mineroduto para levar o minério até o porto da Bahia? Esse projeto está colocado na região de Grão Mogol, no Norte de Minas. Nesta Casa, inaugura-se um novo tempo, que é o de debater. Qual a maior riqueza que este Estado tem? Suas pessoas, suas comunidades. Não podemos esquecer que temos responsabilidade para discutir o desenvolvimento econômico deste Estado. Se o Estado é dependente de atividades minerárias, precisamos dar tratativas para isso. É preciso, de fato, confirmar um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, em que as comunidades sejam ouvidas, acionando a OIT, acionando aquele direito de sermos ouvidos sobre o empreendimento que lá será instalado. Meu agradecimento. Parece que estou encerrando esta sessão. Como disse Beatriz, encerro com a alegria de darmos um passo importante, mas também em luto e sentimento com relação aos crimes da Vale, em Brumadinho, e da Samarco, em Mariana. Que possamos retomar, nesta Casa, o debate do projeto do governo anterior: o Projeto dos Atingidos de Barragem – PAB. Enfim, que, dialogando com o governador Zema, possamos trazer esse projeto novamente à pauta para não abandonarmos o nosso povo, que já sofreu bastante; temos que nos colocar no lugar dele. É uma questão de honra trazer o PAB de volta a esta Casa para um debate junto ao governo do Estado. Grande abraço, obrigada pela atenção.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/2/2019

Às 10h50min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Doorgal Andrada, Dalmo Ribeiro Silva e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta Sessão Legislativa Ordinária. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Duarte Bechir para o cargo de presidente e do deputado Doorgal Andrada para o de vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Duarte Bechir e Doorgal Andrada, ambos por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado e dá posse ao presidente eleito, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, dá posse ao vice-presidente. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, fixa as reuniões ordinárias para as quartas-feiras, às 14h30min, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, dia 20/2/2019, às 10h15min, com a finalidade de apreciar pareceres de redação final, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Doorgal Andrada – Sávio Souza Cruz.

 **ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 26/2/2019**

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

(Regimental)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/2/2019**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2019, do deputado Inácio Franco e outros; Projetos de Lei nºs 813/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.477/2015, do deputado Carlos Pimenta; 2.914/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 4.673/2017, do deputado Léo Portela; 5.227/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; 5.241/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.356/2018, do deputado Hely Tarquínio; 3/2019, da deputada Ana Paula Siqueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.328/2018, do deputado Hely Tarquínio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 12 a 15/2019, do deputado Gustavo Mitre; 17/2019, do deputado Charles Santos; 18 a 21 e 105/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 22/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 25/2019, do deputado Douglas Melo; 38/2019, do deputado Bosco; 42 e 71/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; e 84, 86 a 91, 93 e 95 a 97/2019, do deputado Raul Belém.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 25/1/2019, e suas consequências.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 70 e 72/2019, do deputado Coronel Sandro; e 99/2019, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 109/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.957/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; 36 e 37/2019, do deputado Bosco; 60/2019, da deputada Marília Campos, e dos deputados Coronel Henrique, João Leite, Gustavo Mitre, Celinho Sintrocel e Raul Belém; 68/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 74/2019, do deputado Leonídio Bouças; e 116/2019, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 44/2019, do deputado Duarte Bechir; 65/2019, do deputado Cristiano Silveira; 67/2019, da deputada Ione Pinheiro; e 69/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/2/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doorgal Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2019.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados André Quintão, Cássio Soares, Douglas Melo e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 26/2/2019, às 10h30min e 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 9/2019, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2019.

Inácio Franco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 12 a 15/2019, do deputado Gustavo Mitre, 17/2019, do deputado Charles Santos, 18 a 21 e 105/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 22/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, 25/2019, do deputado Douglas Melo, 38/2019, do deputado Bosco, 42 e 71/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e 84, 86 a 91, 93 e 95 a 97/2019, do deputado Raul Belém, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2019, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o vice-presidente.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2019.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Fábio Avelar de Oliveira e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o vice-presidente.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4/2019****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Mesa da Assembleia, o projeto de resolução em epígrafe altera a Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa.

Aprovado no 1º turno na forma original, o projeto foi distribuído à Mesa da Assembleia para, nos termos do inciso VIII do caput do art. 79 do Regimento Interno, receber parecer para o 2º turno.

Fundamentação

O projeto de resolução em análise visa a alterar de doze para dez anos o tempo mínimo de exercício em cargo efetivo do quadro de pessoal da Secretaria desta Casa para o provimento dos cargos de recrutamento limitado de diretor-geral e secretário-geral da Mesa.

Saliente-se que, mesmo com essa mudança, mantém-se a diretriz de valorização dos servidores efetivos da Secretaria desta Assembleia, em homenagem ao princípio constitucional da eficiência. Assim sendo, é necessária a condizente experiência no desenvolvimento de atividades na Secretaria da Assembleia para que o servidor integre a equipe de gestores da Casa.

Conforme se frisou no parecer de 1º turno, o projeto está regular em todos os seus aspectos, podendo, então, ser aprovado.

Conclusão

Opinamos, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4/2019 no 2º turno, na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de fevereiro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/2/2019**

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente Antonio Carlos Arantes. Inicialmente quero saudar e cumprimentar todas as deputadas e os deputados que se encontram nesta 19ª Legislatura, que, com certeza, é um projeto importante em favor do nosso Estado de Minas Gerais. Quero compartilhar da alegria de todos. É um momento importante que estamos vivendo,

mais uma vez, aqui no Plenário, com a participação efetiva de tantas deputadas e deputados representando, com certeza, as mais variadas regiões de nosso estado.

Caríssimos deputados, Minas Gerais atravessa um dos momentos mais difíceis de sua história. Começamos o ano com uma tragédia humana e ambiental criminoso, com municípios à míngua, servidores desesperados, dificuldades na prestação dos serviços públicos mais essenciais. Tudo isso em meio a um rombo bilionário. Foram muitas as causas que nos trouxeram até aqui. E muito já foi dito sobre elas. Neste novo mandato, que tenho a chance de exercer graças à confiança de mineiros e mineiras do meu Sul de Minas e do todo o Estado, quero focar nas soluções possíveis, nos caminhos que levarão a um futuro melhor.

Fico feliz por saber que minha contribuição passará pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual terei a honra de novamente presidir, por vontade das deputadas e dos deputados desta Casa e também por indicação do meu bloco, a quem quero agradecer. Aproveito, assim, para reiterar a nossa disposição, sempre, à frente dessa importante comissão. Vou, ao lado dos meus colegas, buscar uma pauta que ajude na recuperação econômica do Estado, buscando sempre a desburocratização e a simplificação de processos tributários, auxiliar os municípios, reforçando sua autonomia, e voltar a tratar os servidores com o respeito que eles sempre mereceram – respeito por profissionais que se dedicam diariamente, muitas vezes colocando a si mesmos em risco. É o caso dos bombeiros de Minas Gerais, que têm emocionado a todos com seu trabalho humano e heroico em Brumadinho.

Evitar que novas tragédias aconteçam, aliás, é dever de todos nós. São barragens espalhadas por todo o Estado de Minas Gerais. Apenas na minha região, caríssimos deputados, no Sul de Minas, são 45 barragens em 7 cidades, e nos preocupa em particular, e muito, a situação do município vizinho, Caldas. São mais de 12 mil toneladas de misturas contaminantes, rejeitos do que foi a primeira mina de urânio do Brasil, mantida pela INB.

Este não é um tema desconhecido. Nos últimos anos, realizamos visita técnica no local, apresentamos vários requerimentos e solicitamos inúmeras providências. O Ministério Público vem tomando uma série de medidas ao longo dos últimos anos. A empresa promete entregar um novo laudo nas próximas semanas. Assim, estaremos atentos a isso e já apresentamos novos requerimentos para realizar visita técnica e audiência pública em Caldas. Esta pauta não é só deste deputado. É de todos os parlamentares, em especial daqueles que vêm do Sul de Minas, como eu. Também apresentamos requerimento à Secretaria de Meio Ambiente para que sejam atualizadas as informações de todas as barragens do Estado, com prestação de informações por parte das empresas que as controlam.

Outra antiga questão que continuarei acompanhando envolve a MG-290. Por reiteradas e inúmeras oportunidades, neste mesmo Plenário, já solicitamos ao governo passado, como também ao governo Zema, uma pauta prioritária que possa, com certeza, atender a nossa região. Essa importante rodovia, saindo de Pouso Alegre até a divisa do Estado de São Paulo, que é a MG-290, um percurso de 92,1km, é denominada, lamentavelmente, a Rodovia da Morte. Com certeza, vamos também, com esta Assembleia e a todos os pares, a quem peço apoio, buscar soluções junto ao DEER, uma vez que o próprio departamento já concluiu essa obra, que infelizmente ainda não foi publicada. Já apresentamos essa demanda por vezes demais e queremos também, como nossa meta prioritária, além de tantas, tratar da MG-290. Afinal, todos daquela região temos, com certeza, esse trabalho incansável, buscando essa solução.

Em paralelo, vamos construir para o novo governo uma pauta que ajude a transformar Minas. O nosso estado precisa urgentemente de investimentos, empregos e confiança para atrair parceiros e oportunidades e se colocar, sim, a serviço do cidadão, com prestação de serviços dignos. Quero dedicar o novo mandato exatamente a essa questão, a uma pauta de trabalho em defesa do Sul de Minas, da nossa região sul-mineira. Quero participar ativamente, ajudando Minas a superar esse difícil momento e colaborar para que os mineiros possam viver melhor, com dignidade e oportunidades.

Mais uma vez, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quero me colocar inteiramente à disposição de todos os parlamentares para a construção de leis importantes e, principalmente, de debates, uma vez que temos, acima de tudo, a grande responsabilidade de buscar ações necessárias e importantes para a nossa região.

Quero também contribuir com a minha participação junto ao governo Zema. Já estivemos com S. Exa. em várias oportunidades, juntamente com o nosso bloco, sob a liderança do deputado Gustavo Valadares, líder do bloco, o deputado Luiz Humberto, líder do governo, e os deputados e as deputadas que fazem parte do nosso bloco, enfim, com todos os parlamentares que, com certeza, enriquecem o Parlamento. Esta Casa é plural. Aqui já houve inúmeros debates importantes, quer da saúde, quer da segurança pública, para a construção de políticas públicas e tantas outras ações que aqui discutimos e transformamos em leis importantes. Temos de ter responsabilidade.

Quero convocar todos para caminharmos em direção às ações governamentais. Com certeza, daremos o suporte necessário ao governador Zema. Queremos, de pronto, iniciar uma franca discussão sobre a reforma administrativa, que reputo de grande importância, de grande valia. Portanto, temos de trazer essa pauta importante para que possamos nós, deputados e deputadas, fazer uma franca discussão. É por aí. Cada deputado tem a sua pauta; cada deputado, com certeza, tem ações em defesa de sua região, mas tudo isso vai na convergência de propósitos maiores em defesa da cidadã e do cidadão mineiro.

Quero compartilhar essa questão com todos os parlamentares. Àqueles com os quais não tive a oportunidade de estar quero dizer que o Parlamento está enriquecido com a biografia e o legado de cada um e de cada uma. Nós, com certeza, em poucos meses, teremos a tarefa importante de aprovação de matérias, de realização de discussões. Já na sexta-feira, teremos a votação de importante matéria em defesa do povo do Sul de Minas.

Concedo aparte, com muito prazer, ao eminente colega deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado Dalmo, primeiro quero cumprimentar V. Exa. pelo discurso, que é muito adequado, muito apropriado às pautas que hoje movimentam o nosso país.

Gostaria de reiterar o pedido que já fiz. Aproveito a chegada do deputado João Magalhães, com quem estive nos últimos dias, na Comissão de Administração Pública; a presença dos líderes, deputado Gustavo Valadares, líder do bloco do qual faço parte, e deputado Cássio Soares, líder de um dos blocos intermediários da Casa, para fazer um apelo. Peço ao presidente Antonio Carlos Arantes que também leve para a reunião da Mesa. Fiz esse apelo, ontem, na Comissão de Administração Pública e gostaria de fazê-lo novamente aqui, no Plenário, para que fique clara a posição, para que fique cristalino o processo.

Tenho absoluta convicção de que o deputado João Magalhães está se desdobrando para apresentar o melhor texto possível a respeito do projeto de segurança de barragens no Estado de Minas Gerais. Houve um projeto inicial da Comissão de Barragens, o projeto Mar de Lama Nunca Mais, apresentado pela sociedade civil; houve um substitutivo da Comissão de Minas e Energia e, antes, um substitutivo da Comissão de Meio Ambiente; agora temos um substitutivo da Comissão de Administração Pública. Trata-se de um tema extremamente complexo, extremamente difícil.

Levei oito meses, como relator do projeto, para ter segurança de apresentá-lo e não vejo a necessidade de a Casa votar esse projeto a toque de caixa.

Foi marcada uma reunião extraordinária para sexta-feira, e o comentário nos bastidores da Casa é votar o projeto nesse dia. Preocupa-me essa questão. É um projeto de enorme responsabilidade para o Estado de Minas Gerais, talvez o primeiro a ser votado nesta legislatura, e talvez seja o de maior impacto na vida das pessoas. Por tudo o que estudei, acho pouquíssimo provável que algum deputado consiga, no prazo de 24 horas, aprofundar-se nessa questão, ler todos os pontos, todos os tópicos de um projeto desse tamanho, discutir com a sociedade, ouvir o Ministério Público, o Ibama e as organizações não governamentais e ambientais. É um tema complexo.

Quero chamar a Casa à luz da razão. Acho que algumas pessoas estão querendo transformar essa questão em disputas pessoais. Aqui não é confraria nem clube de amigos, aqui é o Parlamento do Estado de Minas Gerais e o que está em jogo é a vida das pessoas. Não é se se simpatiza com o deputado A, B ou C, se se gosta mais do deputado A, B ou C, se se é mais simpático ou não a este deputado que está falando. O que está em jogo é a vida das pessoas.

Então, gostaria de fazer ao presidente da Casa, aos líderes de blocos, um apelo para que tenhamos um prazo de, pelo menos, quatro ou cinco dias, para estudarmos de maneira detida o projeto, que certamente será o de maior impacto. Não basta votar uma lei para dar satisfação à sociedade. Temos que votar uma lei boa para a nossa sociedade. Deputada Laura, reconhecida em Belo Horizonte pelo seu preparo, duvido que a senhora, em 24 horas, consiga se aprofundar em um projeto dessa gravidade, com tudo o que consta nele. É um assunto complexo e não podemos fazer um faz de conta com a sociedade.

Então, deputado Dalmo Ribeiro Silva, por sua autoridade, por ser um dos mais competentes deputados, peço esse aparte a V. Exa. para deixar registrado um pedido: não basta votar o projeto, todos temos que votar conscientes de que estamos votando o melhor.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Perfeitamente. Eu acho que a razão maior do Parlamento é o diálogo. Temos de debater exaustivamente, pois a matéria é importantíssima e complexa. Com certeza, a Assembleia Legislativa, mais uma vez, não se furtará neste momento tão importante e necessário para Minas Gerais. Conte com o nosso apoio. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os deputados e deputadas, boa tarde a você que me acompanha pela TV Assembleia, boa tarde a toda a população presente. Queria chamar a atenção da Comissão de Segurança Pública, da bancada da segurança pública e do governador. Farei a leitura do ofício que recebi. “Assunto: ajuda aos candidatos do concurso da PMMG. À Sua Exa., Sr. Cleiton Gontijo de Azevedo, deputado estadual de Minas Gerais, conforme o conversado, envio este *e-mail* para elencar os argumentos que mostram que a medida de adiar o início do curso de formação de soldado da PMMG não é a mais eficiente no momento. Certamente, o senhor já recebeu alguns textos explicando nossa situação. Portanto, vou me abster de explicar tudo novamente. Dos fatos: no dia 30 de janeiro, dois dias antes da publicação do resultado final, a PMMG publicou a retificação do edital, adiando por um ano o início do curso de formação. A medida foi tomada por ordem da Câmara de Orçamentos e Finanças. Argumentos: a retificação do edital foi publicada faltando apenas dois dias para o resultado final. Dessa forma, vários candidatos já haviam pedido demissão de seu emprego. Alguns pediram exoneração de cargos públicos ou deixaram de tomar posse em outros concursos para priorizar a PMMG; os que não eram de BH já haviam assinado contrato de aluguel. Com o adiamento, vários candidatos estão passando dificuldades financeiras, crianças estão sem ter comida de qualidade para comer e há até candidato correndo risco de ser despejado de sua casa, por não poder pagar o aluguel. Com o adiamento, vários candidatos, que antes cumpriram todos os requisitos para ingressar na PMMG, agora não mais poderão incorporar devido ao limite de idade que será ultrapassado. O candidato de boa-fé vai pagar pelos erros da administração pública? A PMMG tem um déficit de 12.000 policiais e, com a reforma da Previdência em evidência, estima-se que mais de 6.000 ou 7.000 vão pedir contagem de tempo de serviço este ano.

Economizar na segurança é uma economia burra, haja vista que o aumento da violência diminui o número de investimentos em vários setores da economia do Estado. Todos os estados vizinhos – Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo – estão aumentando investimentos em segurança pública. Mas, em Minas Gerais, não fizeram o mesmo, e a tendência é que os criminosos dos estados vizinhos migrem para o nosso estado.

Então, quero chamar a atenção porque, a partir do momento em que viramos base, as pessoas acham que temos de ser omissos e ficar calados aqui. Essa situação é de competência do próprio Zema, do governo. Quero chamar a atenção porque precisamos cortar gastos, sim, mas há certos gastos que fazemos aqui que são investimentos. E, quanto mais gastamos em segurança pública, saúde e educação, mais investimentos temos.

Então, é de suma importância que eu, como representante de todas as classes, não deixe cortar gastos na segurança pública, na educação e na saúde.

O deputado Coronel Henrique (em aparte)* – Cumprimento o Sr. Presidente e o Sr. Deputado Cleitinho Azevedo, a quem agradeço pelo aparte.

Deputado Cleitinho, me solidarizo com você e com os demais interessados no que diz respeito aos concursos relativos à segurança pública e ressalto, deputado, o que V. Exa. falou em realmente investir nas demais áreas que estão totalmente relacionadas com a segurança em nosso estado. Isso é uma preocupação constante, e temos acompanhado pela imprensa, especialmente a do Rio de Janeiro, que o governador entrou firme na parte da segurança. E o Estado de Minas realmente corre esse risco, por fazer fronteira com o Estado do Rio de Janeiro, sendo uma área de escape desses criminosos para o nosso estado.

Então, reforço suas palavras, deputado Cleitinho Azevedo, dizendo que não é custo e, sim, investimento, porque isso vai melhorar também outros investimentos em Minas Gerais, relativos à educação, à saúde, ao nosso agronegócio. Mais uma vez, ressalto a importância da sua reivindicação. Estamos juntos para colaborar nessa sua luta. Muito obrigado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Deputado Henrique, eu que agradeço. Quero pedir o apoio desta bancada competente da segurança pública, que conhece a realidade. Que a Comissão de Segurança Pública, junto com os deputados aqui, possa levar até o governador essa demanda, que a gente entende ser de suma importância.

Outro questionamento que quero fazer é que estou sentindo falta da imprensa aqui. Então, queria pedir à Mesa que voltasse atrás em relação à situação que aconteceu, porque aqui temos de ter transparência em tudo. Estar aqui, no poder público, para mim, como representante do povo... A maior função que tem um político é ser transparente, e a gente tem que ser transparente. Toda hora recebo mensagem – e acredito que todos os deputados aqui também estejam recebendo – para saber por que a imprensa não está podendo ficar aqui, no Plenário.

Então, vamos voltar atrás. Errar é humano, persistir é burrice. Temos de ter a humildade de saber que em certas situações é preciso voltar atrás. Durante esses quatro anos vou errar, mas cabe a mim ter humildade e voltar atrás. Sendo assim, gostaria que a Mesa voltasse atrás nessa decisão, porque a imprensa tem de estar ao nosso lado aqui.

Outra situação da qual quero falar aqui – já tem muitos prefeitos me procurando – é sobre um vídeo que fiz com o governador Romeu Zema, que se comprometeu a revogar o decreto do ex-governador Pimentel. Passou-se uma semana, e o Romeu Zema ainda não revogou o decreto. Conversei agora há pouco com o pessoal da bancada, com a Laura – ela é do Partido Novo também –, que se comprometeu, dizendo que o Zema vai revogar, sim. A questão é que há várias ações dos prefeitos contra o governo, que estão sendo analisadas. Mas os prefeitos podem ficar tranquilos que essa revogação vai sair até a semana que vem.

Gostaria de falar que vim ser deputado aqui para... Você quer um aparte? Fique à vontade, deputado, depois concluo.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Boa tarde, deputado Cleitinho e senhores colegas deputados.

Quando o assunto é segurança pública, ficamos meio ouriçados. Na verdade, você disse as coisas mais importantes da questão da nomeação, como também ouvi o deputado Coronel Henrique dizer aqui do limite entre Minas e o Rio de Janeiro. E o governador do Rio de Janeiro tomou as decisões que achei que o nosso governador iria tomar: equipar as polícias e realmente enfrentar os bandidos. Não adianta, bandido que já está pronto, que está matando e roubando, a esses você não vai ensinar, não vai modificar. A menino você ensina, tenta recuperar, traz o jovem para o nosso lado, para o caminho do bem, mas a bandido, não.

E Minas Gerais corre o risco de ser invadida por bandidos de altíssima periculosidade do Rio de Janeiro que estão nos limites de lá. Nós temos ainda a divisa com São Paulo. O chamado crime organizado hoje manda no País e também está em São Paulo. As nossas divisas, como a região do Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, já sofreram muitas consequências com a invasão desses terroristas, que são perigosíssimos. Tanto o governo paulista quanto o carioca, Cleitinho, tomaram medidas que julgo importantes para o enfrentamento da criminalidade. O nosso governador precisa fazer o mesmo e, além de estruturar e equipar as nossas instituições policiais, precisa convocar esses policiais que estão pendentes de ser chamados. Nós temos policiais civis, 557 investigadores excedentes que precisam ser chamados, assim como 184 delegados de polícia que já terminaram o concurso e estão aguardando também essa questão.

Portanto, é preciso otimizar e usar menos recursos em outros lugares. Mas podem ter certeza de que o orçamento da segurança pública é muito baixo em Minas Gerais.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Vejo que logo depois entrarei, mas não poderia perder esta oportunidade quando V. Exa. aborda a questão da segurança pública em Minas Gerais. Nós estamos vivendo momentos difíceis para a Polícia Militar. Sem dúvida nenhuma a nossa polícia é a melhor do Brasil. Mesmo com todas as dificuldades e o orçamento reduzido, vemos que ainda faltam policiais para compor o quadro da polícia. Ainda temos muitas cidades onde não há um destacamento e faltam policiais. Muitas vezes são cidades onde há um ou dois policiais e que precisam de um número maior de pessoas. Acredito que não podemos perder o foco. Esta Casa tem de apoiar todas as iniciativas e os pronunciamentos dessa natureza que chamam a atenção para que Minas Gerais aprimore ainda mais a nossa polícia.

Há pouco tempo, nesta Casa, tínhamos apenas o Sargento Rodrigues, que conquistou grandes vitórias. Hoje temos vários outros policiais que foram eleitos deputados e que podem fazer coro com V. Exa., assim como com o Rodrigues e toda a sociedade de Minas, para que o governador, verdadeiramente, venha valorizar a nossa polícia.

Nós temos uma deficiência no número de policiais e precisamos dar sequência a programas que deram certo. Aliás, foram pouquíssimas coisas que deram certo no governo Pimentel. Uma delas foi a presença do destacamento daquele veículo localizado num bairro que trouxe segurança, pelo menos a sensação de segurança. Nós temos de dar sequência a esses programas e aprimorá-los cada vez mais. Do contrário, chegará uma hora em que essa balança ficará desproporcional e pesará em favor dos bandidos, porque faltará policial e ações da Polícia Militar. Isso para não falar da Polícia Civil. Nós temos aqui também a Delegada Sheila e outros delegados que devem lutar e não perder essa oportunidade de ressaltar a importância da Polícia Judiciária, que é a Polícia Civil.

Parabéns! Acho que o governo tem de apresentar um programa de governo para a Polícia Militar, a fim de trazer mais segurança para o nosso povo. Então, conte com o nosso apoio ao pronunciamento de V. Exa. Muito obrigado.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Muito obrigado, Carlos. Acredito que há demanda. Por exemplo, na minha família, a gente mexe com verdura. Se o comércio melhora, a gente vai contratar mais. No caso da segurança, é a mesma coisa. Se a cada dia a violência cresce mais, tem de ter mais policial e segurança. Então, a gente tem de valorizar, priorizar e investir na segurança. E não só na segurança, mas também na educação. A educação é a longo prazo. Se você começar a investir nela e se houver uma educação melhor, com certeza a segurança virá junto.

Queria terminar minha fala de hoje mandando um recado para o deputado federal Rodrigo Maia, que dá uma sorte danada de eu estar aqui na Assembleia Legislativa, e não lá no Congresso. Vi um vídeo desse canalha, palhaço, que me foi enviado por muitas pessoas que me seguem – e até peço a você que está me seguindo para compartilhar esse vídeo que vou publicar nas redes sociais para chegar até ele. Rodrigo Maia falou que, com 80 anos, um senhor pode trabalhar. Você dá sorte por eu estar aqui, pois, se estivesse lá, ia lhe dar de presente uma enxada para você pegar e trabalhar de verdade para saber o que é trabalho. Eu posso falar, pois, como falei agora da verdura, a vida inteira trabalhei no varejão, desde os meus 15 anos. Então, sei o que é trabalho. Você não sabe o que é trabalho para falar para um cidadão brasileiro que, até 80, 90 anos, ele pode trabalhar.

Estou vendo essa questão da reforma da Previdência e queria chamar a atenção de todos os poderes. Um dos professores que eu escuto muito é Enéas. Ele, há 30 anos, já falava algo que acontece hoje, Laura: para sairmos da crise, precisamos mexer na estrutura dos poderes, e não vemos isso. Por que apenas o povo tem que pagar a conta? Por que, ao invés de se fazer uma reforma da Previdência, não se faz uma reforma política? O que esse país precisa e você deveria fazer, Rodrigo Maia, já que é o presidente da Câmara... Não sei como os deputados tiveram a audácia de colocá-lo na presidência, e mais ainda, quero chamar a atenção dos seus eleitores e perguntar como pode um eleitor consciente colocá-lo aí. Então eu queria chamar a sua atenção. Faça um projeto de reforma política. Vamos mexer na reforma política; vamos mexer nos três Poderes: Executivo, Judiciário, Legislativo. É aqui que temos de mexer. E, antes de vir falar que estou falando asneira, digo-lhe que estou dando bom exemplo: não aceito auxílio-moradia; vou doar

meu auxílio-paletó, pois, se é meu, dou a quem eu quiser; estou usando quase a metade da minha verba de gabinete; não contratei 23 assessores, contratei menos. Então, tenho propriedade para falar.

Antes de alegarem que não é competência do deputado estadual falar disso, digo que é competência sim, pois, além de legislar e fiscalizar, preciso representar, e essa pauta da reforma da Previdência vai respingar em todo o Brasil, vai respingar em Minas Gerais. Então, primeiro, antes de cobrar da população, como vocês querem, deviam cobrar de quem deixou o País da maneira que se encontra. Quem fez isso não foi a população, que paga seu imposto rigorosamente em dia, mas sim os políticos, quem governa, quem roubou. E você foi um que ajudou, sua consciência sabe disso. Então, antes de propor a reforma da Previdência, vamos propor reforma política, vamos acabar com cargo de senador, com cargo de deputado. São necessários 513 deputados? Eu lhes pergunto: será que é preciso? Será que precisamos dessa quantidade de pessoas no Judiciário, que não resolve nada, que, em vez de defender o povo, defende os bandidos? Está na hora de terminar com vocês, é preciso exterminar vocês. É preciso mexer neste Poder aqui.

Então, como o Enéas disse está acontecendo agora. Parece até que era profeta. Ele deixou bem claro: para sair da crise, é preciso mexer na estrutura do Poder. Então, vamos mexer no Poder, que é do povo, e não nosso. Deram regalias demais aos políticos, e está na hora de tirá-las para dar ao povo, ao professor, que não recebe em dia. Aí está a moral da história: todos os deputados do Brasil recebem em dia.

Esse recado é para você, Rodrigo Maia: você é um banana, um palhaço. E faço questão que esse vídeo chegue até você. Vamos fazer uma campanha nas redes sociais. Vamos dar um cabo de carioca para você, vamos dar uma enxada para você, para você saber o que é trabalhar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Meu caro presidente deputado Antonio Carlos Arantes, em cuja pessoa quero cumprimentar as deputadas e os deputados presentes e o pessoal do auditório. Vou tratar especificamente hoje da questão das prefeituras de Minas Gerais: a dificuldade por que estão passando.

Antes, porém, aproveitando o pronunciamento do deputado Dalmo, que falou sobre as questões do Sul de Minas, queria dizer que, no final da semana passada fui a Varginha, onde mora uma filha minha que é médica, passei pela BR-491 e fiquei surpreso nos primeiros dez quilômetros, pois a estrada estava duplicada. Pensei: pela primeira vez, o Pimentel fez algo que prestava para o Sul de Minas: a duplicação da BR-491. Entretanto, no limite de Varginha com Três Corações, a estrada afunilou de novo, portanto queimei minha língua.

Fiquei imaginando, pensando onde existe uma obra rodoviária do ex-governador Pimentel, em Minas Gerais. Com certeza, salvo algumas exceções, é só um pequeno trecho ou outro. Contudo, trata-se de uma estrada importantíssima, que liga toda uma região, uma cidade como Varginha, que tem ali a sua zona franca, por onde passam centenas de caminhões. Essa estrada começou no ano passado, lentamente. Fizeram uma mídia danada dessa 491, e agora, ao passar por ela – o deputado Professor Cleiton também mora em Varginha e deve passar por essa estrada toda semana –, constatei o que já sabia. Esse governador Fernando Pimentel arrebitou Minas Gerais e deixou o Estado numa situação vergonhosa, de calamidade, não só no tocante à saúde, mas também em todos os setores, inclusive no funcionalismo.

No Sul de Minas, ele fez uma mídia incrível para essa estrada, para a 491, que ele deixou pela metade. A antiga rodovia está cheia de buracos, e a parte nova são os 10 primeiros quilômetros, um trabalho bonito, mas depois a estrada se afunila novamente. Isso me traz uma revolta muito grande porque sempre via a propaganda dele.

Também não podemos nos esquecer da 167, Professor Cleiton, que liga Varginha a Três Pontas, uma estrada em que, durante a safra, para se percorrer 30km, o tempo gasto é de 2 horas. É um caminhão atrás do outro, deputado Zé Guilherme, uma carreta atrás da outra levando o café. É uma estrada que matou muitas pessoas. Foram muitos acidentes fatais. Uma estrada por onde, todos os dias, passam centenas de vans e carros levando estudantes para Varginha.

Não fizeram nada, e o projeto já estava pronto. Aliás, na próxima semana, com a aquiescência do companheiro e com a assinatura do deputado Professor Cleiton, vamos apresentar um requerimento na Comissão de Transportes pedindo esclarecimentos porque havia tempo e dinheiro para isso. Esse enfusado desse ex-governador Pimentel agora está lá na Bahia. Fiquei sabendo que ele está na Bahia, como assessor do governador da Bahia. Acabou com Minas Gerais e agora vai acabar com a Bahia. Ele não terminou essa estrada, e também não temos informações sobre o que foi feito com os recursos para a duplicação da 491.

Pois não, deputado Professor Cleiton, sul-mineiro e legítimo representante de Varginha, V. Exa. tem a palavra.

O deputado Professor Cleiton (em aparte)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, meus cumprimentos. Deputado Carlos Pimenta, agradeço a V. Exa. por tocar nesse assunto, de que também falaria. A revolta e a indignação de V. Exa. também é a revolta e a indignação do povo de Varginha e do povo do Sul de Minas Gerais como um todo.

Essa situação da BR-491 é surreal porque a inauguração dela foi feita, como V. Exa. disse, com toda a pompa, mas a sua duplicação só chegou até a famosa ponte da Palmela, que divide os Municípios de Varginha e Três Corações. Somente a parte de Três Corações foi duplicada. O povo de Varginha está indignado porque houve a inauguração dessa obra. É por isso, deputado Carlos Pimenta, que, na semana que vem, vou apresentar um projeto de lei que obriga o Executivo estadual a só inaugurar uma obra depois de 15 dias em que ela estiver devidamente concluída e sendo usada pela população, seja ela um hospital ou uma escola, bastando que seja de atribuição do Executivo estadual. A inauguração, com toda a pompa e os confetes que são jogados, só poderá se dar após 15 dias.

Caros colegas, deputados e deputadas, estamos falando do maior porto seco do Brasil, que é a cidade de Varginha, com essa dificuldade de escoamento. Aliás, V. Exa. deve ter visto aquela curva que já ceifou algumas vidas porque precisamos sair de uma rodovia duplicada para uma rodovia que ainda não está concluída.

O deputado Dalmo conhece muito bem a situação de lá. O senhor falou também da MG-147, e aqui não vou repetir o que disse, pois o senhor falou com a propriedade de quem conhece muito bem a nossa região e sabe que estamos falando de uma das rodovias mais mortais do Estado de Minas Gerais, cheia de curvas e com um movimento descomunal. Aliás, a população de Três Pontas há muito tempo clama por essa terceira pista, pois se trata de uma das cidades com maior vocação para a produção da cafeicultura no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado por tocar nesse assunto. Agradeço, em nome de todo o Sul de Minas, em nome da população de Varginha e da população de Três Pontas. Portanto, agradeço sua consideração, doutor.

O deputado Carlos Pimenta* – E vamos apresentar requerimento. Queremos saber onde está o dinheiro que estava ali, o que foi feito desses recursos, para onde o enfusado do Pimentel levou esses recursos e por que ele não teve competência para terminar essa obra.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Quando V. Exa. cita o Sul de Minas, sinto-me também na obrigação de compartilhar de sua fala, iniciando pela 290. V. Exa. esteve participando comigo de audiência pública que realizamos há dois anos na Assembleia Legislativa, com a participação da Secretaria de Transportes e do DEER. Trouxemos técnicos para mostrarem as razões específicas de não se dar continuidade ao projeto já aprovado tecnicamente. Em 92km, não há nenhum centímetro de acostamento. O governador Pimentel, aquela vez, esteve lá durante a campanha e garantiu como obra prioritária, pelo menos, o início do acostamento, mas até hoje não conseguimos isso.

Quando V. Exa. cita o trecho Varginha-Três Pontas, ambos os trechos, deputado Carlos Pimenta, estão dentro de um pacote só: tanto Varginha quanto Ouro Fino. E esse trecho já se encontra também pronto, aguardando ordem de serviço. Aliás, já há a empresa vencedora do primeiro projeto técnico; agora, o início da obra. É muito importante nos associarmos a todos os deputados do Sul de Minas, porque são trechos importantíssimos. Acho que o momento é agora de cobrar, de fazer ações, como venho fazendo há longos anos no Parlamento, e V. Exa. é nossa testemunha. Estaremos juntos sempre que for necessário, em audiências públicas, em visitas, na apresentação de requerimentos, pois temos de buscar a garantia da nossa região Sul de Minas. Obrigado por se lembrar da

nossa região, onde V. Exa. também é lembrado em vários municípios, para a nossa alegria. Sua presença é sempre importante no Parlamento. Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta* – Obrigado, Dalmo. Essa questão da BR-491 e da MG-167 vai ficar para a semana que vem, quando pediremos informações e esclarecimentos sobre o que aconteceu.

Queria hoje, neste momento, abordar novamente um assunto que já foi levantado por vários deputados: a situação das prefeituras mineiras que estão vivendo o pior momento de toda sua história. Não consigo entender como os prefeitos estão conseguindo sobreviver até hoje, tamanha a precariedade que estão vivendo na saúde pública e em qualquer outro tipo de investimento nos seus municípios. Muitos deles, consequentemente, estão com o 13º salário atrasado. Muitos não estão conseguindo arcar com a responsabilidade do transporte escolar e sequer fazer os pagamentos dos seus funcionários. Recebi hoje, na parte da manhã, alguns prefeitos que vieram nos indagar sobre como vai ficar daqui para a frente o pagamento do que é devido.

A dívida do Estado de Minas com as prefeituras já passa de R\$8.000.000.000,00. É muito dinheiro. As prefeituras estão sem condições de ter remédios nos postos de saúde. Elas não estão conseguindo pagar os seus médicos, os seus dentistas, os seus funcionários. Elas não têm nem a quem recorrer.

Disse hoje aos prefeitos que eles não devem contar com nenhum centavo a mais por parte do governo do Estado. Cheguei mesmo a adiantar – tomara que isso não se concretize – que essa dívida que o Estado tem com as prefeituras vai ficar no limbo. Sabe o que é o limbo? Vão ficar num buraco que não existe. Disse que eles não podem e nem devem esperar qualquer acerto de contas para trás, do passado, do passivo com as prefeituras dentro de um curto espaço de tempo. Por outro lado, acredito que todos os senhores deputados, as senhoras deputadas que aqui estão temos responsabilidade com os municípios. Fomos eleitos por vários municípios que nos procuraram, nos deram apoio, nos deram os votos e estão nos cobrando um posicionamento.

Já disse, várias vezes, que a minha intenção, como deputado de vários mandatos, é de apoiar o governador Romeu Zema. Entendo que não podemos colocar a faca no pescoço dele neste momento nem exigir dele um posicionamento com relação a essa dívida que está para trás. Mas a partir do início do governo, e foi ele que disse várias vezes, não podemos nos furtar à responsabilidade de lembrar e cobrar o governador. Ele não pode incorrer no mesmo erro, na mesma improbidade do ex-governador Fernando Pimentel. Ele tem de pagar o que é devido. Estamos falando do que é devido. Isso é lei, é constitucional. Ele não pode deixar de passar o transporte escolar para as prefeituras, porque esse recurso que o Estado passa para as prefeituras é para transportar os alunos da rede estadual. Imagine a situação dos prefeitos. Vem um ônibus escolar municipal, fazem-se duas filas: uma da rede municipal e outra da rede estadual. Entram os alunos da rede municipal e não deixam entrar os da rede estadual porque o governo não está pagando. Não se pode fazer isso. Como vão fazer? É uma discriminação. Temos aqui ex-prefeitos que sabem do que estou falando.

Então, o transporte escolar tem de ser pago, bem como o ICMS. Três quartos do bolo do ICMS vão para o Estado. Agora 1/4 pequenininho, que vai ser distribuído, rateado para os 853 municípios não se pode atrasar. Não consigo conceber isso. Assim como não consigo conceber o atraso do Fundeb para pagamento de professores municipais. O Estado estava metendo a mão nesse dinheiro. Parece que agora o governo Romeu Zema já está colocando em dia. São recursos constitucionais, que são sagrados, pertencem aos municípios e fazem com que o prefeito possa cumprir o mínimo necessário para trazer a saúde, a educação, o transporte escolar aos municípes.

E o Piso Mineiro de Assistência Social? Faz um ano e sete meses que o governo não paga o piso mineiro para as prefeituras fazerem as ações sociais nos municípios. Não vou abrir mão de cobrar.

Ainda não fui chamado para conversar com o governador Zema. Ainda não o conheço pessoalmente. Estou dando um voto de confiança, de fé. Fé é acreditar em quem você não conhece direito. Deputado Zé Reis, V. Exa., que foi presidente da Amams, que administrou 81 municípios, sabe que não podemos abrir mão de cobrar. E vamos fazê-lo insistentemente.

O que é do Estado é do Estado, mas o que é da prefeitura é dela, e ninguém pode meter mão como fez o ex-governador Pimentel, que acabou com Minas e está ajudando a acabar agora com o Estado da Bahia.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pelas galerias e pela TV Assembleia, retorno a esta tribuna para trazer novamente a nossa preocupação com a questão dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Agora há pouco acompanhei a fala do ilustre colega deputado Carlos Pimenta ao cobrar repasse para os municípios. Eu tive a oportunidade, durante a posse dos deputados, que contou com a presença do governador Zema, de vir à mesa antes que ele deixasse o Plenário para dizer-lhe que eu estarei pronto para ajudar em tudo o que for necessário para cortar despesas, enxugar a máquina administrativa e também cobrar dos outros Poderes. O requerimento que apresentei aqui com 10 sugestões foi aprovado ontem na Comissão de Administração Pública e será enviado ao governador do Estado, ao presidente da Assembleia, ao presidente do Tribunal de Justiça, ao procurador-geral de justiça, ao presidente do Tribunal de Contas e ao defensor público-geral do Estado de Minas Gerais. Qual é o objetivo? Nós não podemos continuar de braços cruzados vendo servidores do Executivo amargando quatro anos de reposição da perda inflacionária, três anos e dois meses de parcelamento, o que leva ao endividamento das famílias. Não podemos ficar inertes. Então, as sugestões que apresentei são uma forma de mostrar isso ao governador. Quando falamos em orçamento, estamos falando dos Poderes e órgãos, porque o Estado não é só Executivo, ele também é Assembleia, é Poder Judiciário, é Ministério Público, é Tribunal de Contas, é Defensoria Pública; se conseguirmos fazer uma economia de 5%, poderemos colocar o salário dos servidores em dia, no quinto dia útil, e também fazer o pagamento integral do 13º salário. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é covardia ver os servidores receberem em 11 parcelas. O soldado, o investigador, o agente penitenciário, o bombeiro militar, o soldado da PM e os agentes penitenciário e socioeducativo em início de carreira, que ganham R\$3.500,00 líquidos, receberiam cerca de R\$300,00, com o pagamento sendo dividido em 11 parcelas. Como esses cidadãos conseguirão pagar as suas dívidas? Onde está o grave problema? Primeiramente, esse é um direito do servidor. Ele trabalhou e tem direito. Não se trata de favor do governo do Estado. Em segundo lugar, o governo não faz correção monetária.

O servidor que fez empréstimo consignado, que está no cheque especial, pagando juros do cartão de crédito, que está com a prestação do carro atrasada, bem como a prestação do apartamento que foi comprado com muito sacrifício, a mensalidade da faculdade ou da escola dos filhos, está sendo espoliado, está sendo esfolado. Tudo isso impõe juros. Mas o governo do Estado não está nem aí para ver se o servidor está ou não nessa situação. Então nós aprovamos esse requerimento.

Eu quero trazer a público que aprovamos outro requerimento ontem, na Comissão de Segurança Pública, com o seguinte teor: (– Lê:) “O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, sejam oficiados o governador e o vice-governador do Estado, o secretário de Estado de Segurança Pública, o comandante-geral da Polícia Militar, o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, o chefe da Polícia Civil do Estado Minas Gerais quanto ao acompanhamento por parte dos membros desta comissão e dos deputados federais Subtenente Gonzaga e Cabo Junio Amaral das reuniões e manifestações dos servidores da segurança pública que ocorrerão sexta-feira próxima, dia 22, com concentração a partir das 13 horas, na Praça da Estação, nesta capital”.

Ressalte-se que a participação nesta comissão tem como finalidade garantir os direitos de citados servidores, consagrados na Constituição da República, no art. 5º: direito à liberdade de expressão, direito à reunião, direito à manifestação, a um piso salarial, ao 13º salário, conforme descritos no art. 7º, na revisão geral anual prevista no art. 37, X, e que o governo não cumpre. Aí os servidores, deputado João Vítor, vão fazer manifestação.

Eu só espero que o governo não venha praticar nenhuma retaliação. Obtive informações segundo as quais a delegada Sheila e o delegado Heli Grilo também estarão lá. Haverá cerca de seis a oito deputados presentes, acompanhando as manifestações dos servidores da segurança pública, como forma de garantir o exercício do direito, que é cláusula pétrea. Eu só espero que o governador

não caia no erro de querer reprimir esse tipo de manifestação, lembrando que quem estará nas ruas são os servidores da segurança pública.

A Comissão de Segurança Pública aprovou um requerimento, deputado João Vítor Xavier, para acompanhar e garantir o exercício do direito. Gente, por mais que o governador Romeu Zema tenha boa intenção, por mais que ele venha se colocar diante do povo falando que vai cortar isso ou aquilo, as latas vazias não esperam, as latas vazias não esperam! O desespero do servidor é grande, e eu espero que o governador priorize o pagamento dos servidores. Concedo aparte ao ilustre deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Serei breve, deputado, primeiro para dizer que concordo com V. Exa. e que assino embaixo de tudo o que disse. Em segundo lugar, para dizer que ontem acompanhei a Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Então, quero elogiar, de público, a iniciativa do deputado Agostinho Patrus, presidente da Casa, que apresentou uma das PECs mais importantes para este Parlamento, que é a que vai garantir as visitas periódicas dos membros do Poder Executivo a esta Casa para dar satisfação ao povo de Minas.

Poucas vezes nós tivemos a oportunidade de aprovar uma PEC tão importante neste Parlamento. É fundamental para que o secretário de Meio Ambiente venha aqui prestar esclarecimentos, para que o secretário de Saúde venha aqui prestar esclarecimentos, para que o secretário da pasta relacionada à segurança pública venha à sua comissão e passe pela sabatina de V. Exa., do deputado João Leite e dos outros membros da comissão e que todos prestem esclarecimentos.

Eu passei o último mandato inteiro tentando trazer aqui a presidente da Copasa. Ela se recusou a cumprir uma convocação desta Casa, e nada aconteceu com ela, deputado. Nada aconteceu com ela! Eu passei o meu mandato inteiro tentando trazer aqui uma servidora da educação que estava pressionando diretores de escola, por meio da superintendência, para que eles tivessem posicionamento partidário de acordo com a inclinação ideológica dela, e ela também não veio.

Essa PEC do deputado Agostinho Patrus, que tive o privilégio de subscrever, é excepcional, tem de ser votada. Se o projeto das barragens é o primeiro, esse deveria ser o segundo projeto a ser votado nesta Casa.

Em segundo lugar, para encerrar, deputado, estendo o apelo de V. Exa. para que o governo seja solidário com os municípios. Não é justo o governador dizer que não vai repassar para os municípios o dinheiro porque tem de pagar em dia o funcionário do Estado. E o pobre do prefeito, Cleitinho, faz o quê? O agente de saúde que está lá em Malacacheta é menos importante? O motorista da ambulância que está lá em Alvinópolis é menos importante?

Então, fica aqui o nosso apelo para que o governador Zema repasse o dinheiro que é devido aos municípios. O senhor tem razão, o funcionário público do Estado não pode fazer seu planejamento porque ele não recebe. A mesma coisa começa a acontecer nos municípios, porque o governo do Estado não cumpria sua obrigação, e o novo governador infelizmente decepciona nesse aspecto, porque também não cumpre.

O deputado Sargento Rodrigues – Quero cumprimentar o deputado João Vítor Xavier e agradecer-lhe pelo aparte.

Antes de falar da PEC – também tenho a mesma visão –, quero direcionar minha fala, neste momento, ao governador do Estado, Romeu Zema; ao vice-governador, Paulo Brant; ao comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Giovanna Silva; ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar, Cel. Estevo; ao Gen. Mario, secretário de Estado de Segurança Pública; e ao Dr. Wagner Pinto, chefe da Polícia Civil, para dizer-lhes o seguinte: latas vazias não conseguem conter a dor do servidor por lutar por seus direitos. Não há discurso e não há forma de convencer o servidor dessas áreas de que, com as latas vazias, ele não deva ir a uma manifestação. O governo do Estado que se prepare: a perdurar o parcelamento de salário e do 13º salário em 11 parcelas, o servidor não terá outra alternativa senão a de radicalizar o movimento, porque ele não aguenta. Chegará um momento em que qualquer um dos Srs. Deputados ou das Sras. Deputadas, se lhes falarem que vão receber salário em três parcelas, o 13º salário dividido em 11 vezes e ficar quatro anos sem reposição, não darão conta.

Vi aqui, durante o exercício do mandato, desembargadores do Tribunal de Justiça do nosso estado falarem em greve porque não tiveram aumento. Vi isso, estava aqui exercendo mandato. Fizeram manifestações os desembargadores. E o policial militar, o civil, o agente penitenciário, o bombeiro, o agente socioeducativo estão lá na ponta da linha.

Segurança pública é uma área muito sensível. Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar, Sr. Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, chefe da Polícia Civil, secretário de Segurança Pública, governador Romeu Zema, vice-governador Paulo Brant, a prioridade é pagar esses servidores.

Dia 22, sexta-feira, haverá uma grande mobilização com caravanas vindo de todo o interior do Estado, com concentração a partir das 13 horas na Praça da Estação. Esta cidade vai parar. Escreva o que estou falando. Estaremos lá para acompanhar, para que não haja nenhum tipo de repressão ou de perseguição ao servidor, que tem direito, como cláusula pética, à manifestação e à reunião em praça ou via públicas, como qualquer cidadão tem direito.

Faço um apelo, porque ninguém segura servidor com as latas vazias. É bom o governador entender isso. O governador tem pouco tato com a administração, não conhece o sentimento de servidor público. Sr. Governador, tenha sensibilidade humana, priorize os servidores, porque são eles que fazem chegar a política pública à ponta da linha. O bombeiro que está em Brumadinho, trabalhando noite e dia sem parar, é o mesmo bombeiro que está recebendo há três anos o salário parcelado, que está há quatro anos sem reposição de perda inflacionária e com o 13º salário em 11 parcelas.

O policial militar e o policial civil que estão na rua dia e noite são os mesmos servidores e não vão aceitar isso.

Por fim, Sr. Presidente, quero da mesma forma dizer ao deputado João Vítor Xavier e aos colegas deputados que essa PEC, cuja iniciativa coube ao nosso presidente Agostinho Patrus, é, sim, um dos melhores instrumentos que o Parlamento votará nesses últimos 20 anos em que aqui estou. Também assinei a PEC, e temos de votá-la com louvor, porque ela fortalece o Parlamento, coloca o Parlamento no lugar em que tem de ser colocado, como a lei determina. Quem fiscaliza outro Poder é este Poder. E os instrumentos para isso estarão naquela PEC, por isso teremos de votá-la.

Vou falar com o presidente Agostinho Patrus para fazermos uma solenidade de promulgação, porque PEC, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não vai à sansão do governador. Quem a promulga é a Mesa da Assembleia. É aqui que ela é promulgada.

Quero parabenizar o deputado Agostinho Patrus pela brilhante iniciativa e conclamar deputados e deputadas para votarmos essa matéria urgente, com absoluto louvor, porque ela fortalece o deputado para fiscalizar e, quando isso acontece, ela fortalece o cidadão que votou nesse deputado para que fiscalize os atos do Poder Executivo e dos outros Poderes.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Deputada Laura Serrano, Srs. Deputados e presidente Antonio Carlos Arantes, ontem tive a oportunidade de estar com o nosso colega deputado Glaycon Franco e receber, além da comunidade, uma vereadora de Brumadinho, Renata Parreiras, e o secretário de Cultura de Brumadinho, Gu do Gibiu. Com a tragédia da Vale, três distritos ficaram isolados, sem comunicação com Brumadinho. E o pedido da vereadora, do secretário e da comunidade é que uma linha férrea da MRS, Coronel Henrique, faça a ligação... É bom lembrar que 49% da MRS são da Vale. Vieram os representantes da MRS e da Vale, que colocaram todas as dificuldades para fazer o transporte. Ponderei uma litorina, um daqueles vagões que está no Horto, que era do Trem de Prata Vera Cruz, que ligava Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, pois estão lá prontos. É só colocar um motor. Com poucas horas, eles fazem isso no Horto. Impossível, não tem jeito. Esses vagões estão abandonados há 25 anos.

Tenho vergonha da Vale e tenho vergonha da MRS, de terem o desprazer de dizer que abandonaram um vagão ferroviário de passageiros, um vagão-restaurante por 25 anos, sem nenhuma manutenção. Quando se lê uma lei federal que trata da questão histórica e cultural, isso está muito claro. São patrimônio histórico e cultural dos brasileiros vagões, locomotivas, dormentes, caixas d'água, turmas da ferrovia – onde ficavam os trabalhadores que faziam manutenção –, estações, telégrafos – Juscelino Kubitschek e meu avô trabalharam na estação. Pois a Vale, a MRS, essas empresas abandonaram tudo. Para mim, a maior dor é a rotunda de

Ribeirão Vermelho. Não há nada daquela rotunda que seja do nosso país. Os postes são de Glasgow, na Escócia; as telhas, de Marselha, na França; enfim tudo importado.

Uma rotunda maravilhosa abandonada. E a Vale colocou uma plaquinha lá: “Patrimônio devolvido para o Dnit”. Como se isso resolvesse. Nós falamos tanto em privatização! Ah, nós falamos da eficiência das empresas! “As empresas são eficientes, e o Estado não serve para nada!” Tente hoje fiscalizar uma empresa dessas. Nós estamos falando em trazer os secretários aqui. Entre numa empresa dessas hoje para fiscalizar, deputado eleito pela população de Minas Gerais. Já vem alguém gritando: “Alto lá. Isto é iniciativa privada. Os deputados não podem legislar nem podem entrar num lugar como este”.

Eu tenho vergonha da Vale, eu tenho vergonha da MRS. O que eles fizeram no meu gabinete ontem, com os representantes de Brumadinho que estavam trazendo o clamor das pessoas que estão lá na roça... Eles fizeram um pedido: “Está bem, então não pode, mas podemos pensar num trem de passageiros? Na volta do subúrbio, que iria da estação central até Brumadinho?” “Impossível, isso não pode”. Aí o pedido foi diminuindo, e eu vendo aquela situação, sentado na cadeira. Aí a vereadora falou: “E cinco quilômetros de trem, de Brumadinho até Bicas? Quem sabe nos aproximamos mais de Inhotim, para recompor o turismo? Eu queria até pedir, porque... Poderíamos falar para as pessoas que já podem ir para as pousadas lá em Brumadinho. Estão todas vazias. Há lugares que não foram atingidos. É bonito Casa Branca e outros lugares... Está lá e é tão bonito”. E o representante da MRS, impassível.

Chegou um momento em que eu comecei a rascunhar, deputado Coronel Henrique, três requerimentos já para a comissão ferroviária. Já os fiz. O primeiro é para que o Ministério Público Federal cobre, investigue, puna essas empresas, porque o contrato de concessão de 1996 diz que tem que haver janela para o transporte de passageiros. Temos uma linha de Divinópolis e Itaúna até Belo Horizonte, que vai até Salvador, e não há o trem de passageiros.

Tenho vergonha dessas empresas. Ontem eles massacraram novamente Brumadinho. Eu não faço essas coisas, mas tinha que ter gravado para vocês ouvirem o que fizeram com aquela vereadora e com o secretário.

Aí eu coloquei as multas. Têm que pagar uma multa de R\$680.000.000,00 para Minas Gerais, pelo abandono da linha mineira, que vai até próximo ao Porto do Açú. Por que a Vale abandonou essas linhas? Porque o porto não pertence à Vale. O único porto que é da Vale é o de Vitória; os outros não pertencem a ela. Ela não quer levar nada a Salvador, não quer levar nada para o Porto do Açú, porque tem que pagar.

Mas a maior vergonha é o acerto com o governo federal, com os governos anteriores, para fazer o ferroanel de São Paulo, porque a MRS tem que pagar direito de passagem à companhia de trens paulista. Então vai usar o dinheiro de Minas Gerais, que ela tinha que pagar aqui, para não ter que pagar em São Paulo. E as linhas que estão dentro das cidades da Região Metropolitana de São Paulo serão usadas para o transporte de passageiros. É uma vergonha o que está acontecendo.

Nós vamos ter que trabalhar muito, deputado Coronel Henrique, e espero que V. Exa. esteja comigo nessa comissão. Com muito prazer, concedo um aparte a V. Exa., que domina essa matéria e que é de Viçosa, um lugar espetacular do trem, onde a linha mineira passa e foi abandonada completamente. Quero ouvir V. Exa., por favor.

O deputado Coronel Henrique (em aparte)* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Prezado deputado João Leite, venho aqui reforçar essa afirmativa de V. Exa. sobre a aspiração do povo de Brumadinho com relação à presença e à reativação da linha de transporte de passageiros que possa ligar Belo Horizonte a Brumadinho. No último sábado – já tive oportunidade de dizer isso no Plenário –, estive em Brumadinho com o ministro do Turismo e, em reunião com o diretor do museu Inhotim e com o prefeito de Brumadinho, o prefeito Neném fez essa solicitação, que era uma aspiração do povo da cidade de Brumadinho. Inclusive o prefeito já tem uma agenda prevista com o presidente da Assembleia, para que ele possa trazer essa e outras aspirações para todos os senhores deputados.

E eu reforço, prezado deputado João Leite, essa nova visão que o governo federal tem, de colocar o Brasil efetivamente de volta aos trilhos. Realmente, as linhas mineiras... Agora – com a particular atenção que este momento exige, de tentarmos resgatar em Brumadinho sua aptidão pelo turismo, com aquela beleza natural que temos, que é Inhotim – seria uma ótima oportunidade de a Vale, por meio da MRS, fazer valer o que está previsto nos contratos de concessão e abrir essa janela para a linha de transporte de passageiros.

Então, eu me solidarizo com V. Exa. e informo que protocolei também requerimento a esta Mesa, solicitando à MRS que fizesse a reativação do transporte de passageiros. E o ministro do Turismo também se comprometeu, acredito que hoje, em Brasília, a se reunir com a MRS devido a essa solicitação, especificamente com relação ao fomento do turismo na região de Brumadinho. Estamos juntos, deputado João Leite. Muito obrigado pelo aparte e uma boa tarde.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, coronel. Ouço o meu líder, Arlen Santiago, com todo o prazer.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caro amigo João Leite, é sempre bom nós, aqui na Assembleia, poder ouvi-lo, sempre com temas de interesse da sociedade mineira. Essa questão do transporte ferroviário no Brasil e em Minas Gerais é uma vergonha. É uma grande vergonha. É um absurdo todos sucumbirem ao poderio econômico e financeiro que acaba com uma nação, para poder resolver alguns problemas de poucos.

Então, queremos realmente parabenizá-lo, e tenho certeza de que o senhor, quando pega uma causa, não desiste, o senhor vai até o fim. E aqui os seus companheiros, praticamente os outros 76 deputados querem que o senhor tenha êxito nessa causa. Eu sei que o senhor já viajou muito, e em estradas difíceis.

O deputado João Leite* – Fui na sua Espinosa, na estação caindo.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caindo. E são várias outras, como em Buritizeiro. E eu queria, depois, inclusive, lhe apresentar um pessoal da Unimontes e o arquiteto Cascão, que está com um plano para que possamos engrossar as fileiras, das quais o senhor é o nosso general de quatro estrelas.

E, junto com esses grandes e graves problemas que Minas Gerais tem, queremos fazer um apelo em nome da população, das professoras, cujos salários estão sofrendo descontos, o que vai para o caixa único. E os hospitais não aguentam mais bancar o tratamento delas pelo Ipsemg, porque desde agosto, no governo Pimentel... E nós até estamos nos esquecendo dele muito rápido, do estrago que ele fez em Minas Gerais. Estamos vendo que os hospitais não estão aguentando atender mais, porque há uma dívida também do governo passado com os hospitais, de R\$1.200.000.000,00, além de mais de R\$300.000.000,00. Quando o Cleitinho chega lá em Divinópolis, as professoras falam: “Cleitinho, por que você não paga ao Ipsemg?” A população não faz a diferenciação, acha que é o deputado que tem de fazer o pagamento. Ou o deputado chega em Cataguases, e falam: “Fernando, por que você não paga ao Ipsemg?” Ou chega em Itabirito, e o hospital fechando, não dando conta. Então estamos vivendo muitos problemas, principalmente essa questão do Ipsemg, da urgência e emergência, que urge! E nós, agora, estamos esperando que o nosso novo secretário, que é do Novo, com a equipe dele, que também é do Novo, possa dar um jeito de resolver um pouquinho esses problemas das nossas professoras.

João Leite, parabéns, toca para a frente, estamos juntos. Você é um exemplo para esta Casa, com sua inteligência, competência e tenacidade.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, Arlen, estou contando com esse apoio da Unimontes e do arquiteto, que será fundamental para nós.

Quero ouvir esse jovem deputado, Virgílio Guimarães, ainda em forma total para fazer aparte.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Obrigado, deputado João Leite. Esse jovem se refere, talvez, a um espelho meu, que foi seu colega anos atrás. É sempre um prazer – e pela primeira vez –, apartear-lo.

Não vim aqui para discutir questão de governo, responsabilidades, mas a essência da sua proposta, que é a reativação das linhas de passageiros.

Há algum tempo, houve um projeto para recuperar algumas linhas, inclusive essa que passa por Brumadinho, Belo Horizonte e parece que vai para Lafaiete. Essas linhas, necessariamente, devem comportar a retomada da linha de passageiros. Algumas foram selecionadas como as mais viáveis, como a ligação de Janaúba a Bocaiuva, passando por Montes Claros, e a linha de Poços de Caldas até uma cidade do Estado de São Paulo, não me lembro qual.

O deputado João Leite* – Águas de Prata.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Até Águas de Prata. Outra linha no Sul de Minas e uma linha, que me pareceu a mais viável: a de Divinópolis a Sete Lagoas, passando por Confins. Enfim, algumas linhas que seriam viáveis. Acho que é o momento de retomarmos essa discussão, fazer audiências públicas com a iniciativa privada, para atrair investimentos e colocar o BNDES ou o BDMG, o que seja, para financiar a retomada desse transporte, para restaurar o material existente – com a Vale, sem a Vale ou apesar da Vale, contra a Vale, porque as linhas não são da Vale, são concessões. Portanto, são para uso daqueles que se dispuserem a usá-las.

Parabenizo-o por recordar tão bem a necessidade de voltar um transporte público, barato, não poluente e tão útil, principalmente nesse momento da tragédia de Brumadinho.

O deputado João Leite* – Obrigado. Deputado Alencar da Silveira Jr., V. Exa. tem 14 segundos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – É só para parabenizar V. Exa. Falou-se em viajar nos trens de Minas Gerais. O deputado João conhece os trens da Europa, e são esses trens que queremos trazer para cá.

Para finalizar, gostaria de usar esse tempo para parabenizar o governador Zema. Falamos aqui sobre o superfaturamento dos veículos, para as emendas, de R\$65.000,00. Acho que o governador está acompanhando a TV Assembleia, que eu criei, com a ajuda do deputado João, há 23 anos. Tenho certeza de que ele está acompanhando. Ele já mandou para esta Casa – olhem como são as coisas – um comunicado a todos os deputados. O carro que o Estado comprava por R\$65.000,00, agora você pode indicar por R\$45.000,00, na sua emenda, direto para a entidade, direto para a prefeitura. Então, deputado João Leite, um deputado que ia gastar R\$65.000,00 para passar um veículo para uma prefeitura, agora vai ter que colocar só R\$45.000,00, segundo informação do governador Zema.

Gostaria de solicitar a ele, deputado João Leite, que fizesse a mesma coisa com as academias ao ar livre, que, pelo Estado, custam R\$25.000,00, deputado Guilherme, líder do nosso bloco de sustentação do governo.

O deputado João Leite* – Vice-líder do governo, deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Vice-líder do governo. Então, é isso que custa a academia pelo governo. Se você mandar fazer fora, custa R\$11.980,00. Então, está na hora também de ele fazer com as academias e com as ambulâncias o mesmo que fez com os veículos.

Parabenizo o nosso governador, o governo do Novo, que está entendendo que, com novas ideias e novas maneiras, poderemos fazer um governo muito melhor, muito melhor que há um tempo atrás. Melhor que o governo passado, tenho certeza de que esse vai ser. Obrigado.

O deputado João Leite* – Obrigado. Sr. Presidente, chegou o momento de Minas Gerais chamar a Vale para o encontro de contas. A Vale tem que pagar toda a dívida que tem com Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/2/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 23/2/2019, que nomeou Grazielli Luzia Magalhães Nascimento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 12/2/2019, que nomeou Hamilton da Costa Mitre de Andrade, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Carolina Araújo Mendes de Lima, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Claudia Marcia Marques Mol, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Eutália Barbosa Severino França, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando Felipe Daldegan Miranda, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Adriane Hepp Swiatovy, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

nomeando Alan Bachur Viana, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Alessandra Costa Medina Mitre, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Alessandra Machado, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Andrea Helen Amador Barbosa Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Antonio Soares Neiva Net, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Brenda Cristina Grandioso, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Carlos Humberto Timo Luz, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Carolina Araújo Mendes de Lima, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Claudia Marcia Marques Mol, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Desenvolvimento Econômico;

nomeando Cláudio Manoel Emerenciano Reis, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

nomeando Cleiber de Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Bosco;

nomeando Danielle Aparecida Mendes, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Éder Bertoldo de Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Elizabete Alves Pereira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Eutália Barbosa Severino França, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Geslaine Cássia Alcantara, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Helio Chaves de Melo, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Jamilson José Dantas Santos, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando João Paulo Moura Martins, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando José Carlos da Paixão, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Júnia Carvalho Pereira, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Juvenal Cruz Junot, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Leida Marques da Costa, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Lucas Chaves Winter, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Lúcio Eustáquio do Nascimento, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Luiz Wanderson Moreira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Márcia Flávio de Carvalho Pereira, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Maria do Carmo Viana, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Marilene Alves Durães Pereira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

nomeando Mariza de Souza Abreu, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude;

nomeando Mary Angela dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Patricia Ribeiro Fernandes, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Paulo Cesar Nascimento, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Pedro Henrique Rezende da Silveira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Rafael Vinicius Ferreira, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Rogerio Carlos da Silva, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Roneido Teófilo de Carvalho, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

nomeando Rosana Lúcia Rolim, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Samuel Martins de Menezes, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Silmara Pinheiro Araújo, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Solange Antônia Santiago de Lima, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Thais Rosana dos Santos, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Vera Lúcia de Sá Pereira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

nomeando Wagner Washington Lana, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, assinou o seguinte ato:

exonerando Lincoln Alves Miranda do cargo em comissão de recrutamento limitado de assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do quadro de pessoal desta Secretaria.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/2/2019, na pág. 7, onde se lê:

“Alexandra de Oliveria Ávila”, leia-se:

“Alexandra de Oliveira Avila”.

E, onde se lê:

“Alexandre Costa Barbantino”, leia-se:

“Alexandre Costa Barbantino”.

Na pág. 8, onde se lê:

“Ângela Márcia de Andrade Ribeiro Tahara”, leia-se:

“Angela Márcia de Andrade Ribeiro”.

E, onde se lê:

“Anna Carolina Martins Sousa”, leia-se:

“Anna Carolina Martins de Sousa”.

Na pág. 10, onde se lê:

“Claudiana Henriques Bueno”, leia-se:

“Claudiana Henriques Bueno Tolentino”.

Onde se lê:

“Cristiana Silva Horta”, leia-se:

“Cristiana Horta Paulino”.

E, onde se lê:

“Deborah Aparecida de Carvalho Pereira”, leia-se:

“Deborah Aparecida Alves de Carvalho Pereira”.

Na pág. 11, onde se lê:

“Denise Justino de Souza Dalmasio”, leia-se:

“Denise Justino de Souza Damásio”.

E, onde se lê:

“Emiliana Carolina Mendes de Oliveira”, leia-se:

“Emiliana Carolina Mendes de Oliveira Silva”.

Na pág. 12, onde se lê:

“Érica Olípio da Costa”, leia-se:

“Erica Olimpio da Costa”.

Onde se lê:

“Ezequiel Moreira de Oliveira”, leia-se:

“Ezaquiel Moreira de Oliveira”.

E, onde se lê:

“Fernanda Ribeiro de Salles”, leia-se:

“Fernanda de Salles Andrade”.

Na pág. 13, onde se lê:

“Genesio Aparecido de Oliveira Neto”, leia-se:

“Genesco Aparecido de Oliveira Neto”.

E, onde se lê:

“Gleici Viviane Galvão”, leia-se:

“Gleice Viviane Galvão de Pinho”.

Na pág. 14, onde se lê:

“Isabella Lima Cavalière”, leia-se:

“Isabella Lima Cavalière Carneiro”.

Na pág. 16, onde se lê:

“Josiane de Lourdes Augusta Siqueira”, leia-se:

“Josiane de Lourdes Augusto Siqueira”.

Onde se lê:

“Juhlia de Paula Andre Santos”, leia-se:

“Juhlia André Santos”.

Onde se lê:

“Juliano Vieira Pacheco de Sousa”, leia-se:

“Juliano Vieira Pacheco Ferreira”.

E, onde se lê:

“Karina Kristian Azevedo Leite”, leia-se:

“Karina Kristian de Azevedo Leite”.

Na pág. 18, onde se lê:

“Luara Valverde Soares”, leia-se:

“Luara Valverde Soares Pinho”.

E, onde se lê:

“Marcela de Paula Batista”, leia-se:

“Marcela de Paula Batista Santana”.

Na pág. 19, onde se lê:

“Maria da Consolação Rodrigues Campos”, leia-se:

“Maria da Consolação Rodrigues Campos Pinheiro”.

E, onde se lê:

“Maria de Lourdes Rodrigues Fassy”, leia-se:

“Maria de Lourdes Rodrigues Fassy”.

Na pág. 21, onde se lê:

“Nilson Natale Sobrinho”, leia-se:

“Nelson Natale Sobrinho”.

Onde se lê:

“Odon de Queiroz Naves”, leia-se:

“Odon de Queirós Naves”.

Onde se lê:

“Paulo Emanuel de Souza”, leia-se:

“Paulo Emmanuel de Souza Luz”.

E, onde se lê:

“Rachel de Lima e Silva de Melo”, leia-se:

“Rachel de Lima e Silva de Melo Freitas”.

Na pág. 22, onde se lê:

“Raphael Toboada Plácido”, leia-se:

“Raphael Taboada Plácido”.

Na pág. 24, onde se lê:

“Sheila Cristina da Silva Denoni Osuza”, leia-se:

“Sheila Cristina da Silva Denoni Souza”.

Onde se lê:

“Sidnei Maximiliano de Souza”, leia-se:

“Sidnei Maxmiliano de Souza Lima”.

E, onde se lê:

“Sumara de Oliveira Ribeiro”, leia-se:

“Sumara Oliveira Ribeiro”.